



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA • #63 • 4.ª SÉRIE • EDIÇÃO TRIMESTRAL • OUTUBRO 2011

Vamos falar de Economia Social e Cooperativismo



Entrevista

Álvaro Garrido
investiga história da Mútua



Seguros: Os nossos três Multirriscos

Pesca: Jornada Internacional de Valorização da Pesca Artesanal

Património Marítimo: Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar

MÚTUA
DOS PESCADORES



PONTO SEGURO

mediação de seguros, lda

SEGUROS DESDE
1982



SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

*Autarquias • Instituições Públicas e Privadas • Empresas
• Particulares • Parcerias com Economia Social*

SEDE

Av. Santos Dumont, 57 – 2º Esq, 1050-202 Lisboa

Tel.: 213 301 520 - Fax: 213 301 529

pontoseguro.lx@pontoseguro.pt

www.pontoseguro.pt

DELEGAÇÕES

ALCANENA

Rua do Lavradio, C/V – B3
2380-091 Alcanena
Tel.: 249 899 332
Fax: 249 899 340
pontoseguro.al@pontoseguro.pt

ÉVORA

Rua do Muro, 5A
7000-602 Évora
Tel.: 266 709 167
Fax: 266 743 346
pontoseguro.ev@pontoseguro.pt

FUNCHAL

Rua do Sabão, 67 – 4º – Sala C
9000-056 Funchal
Tel.: 291 222 756
Fax: 291 222 752
pontoseguro.fn@pontoseguro.pt

GRÂNDOLA

Rua Afonso de Albuquerque, 2
7570-174 Grândola
Tel.: 269 441 148
Fax: 269 451 990
pontoseguro.gr@pontoseguro.pt

HORTA

Rua Nova, 1
Angustas
9900-023 Horta
Tel.: 292 391 920
Fax: 292 391 931
pontoseguro.ht@pontoseguro.pt

MATOSINHOS

Rua de Brito e Cunha, 325
4450-087 Matosinhos
Tel.: 229 382 531
Fax: 229 363 007
pontoseguro.mt@pontoseguro.pt

PENICHE

Avenida Porto de Pesca
Edifício Mutua dos Pescadores
2520-208 Peniche
Tel.: 262 780 040
Fax: 262 782 061
e-mail: pontoseguro.pe@pontoseguro.pt

PORTIMÃO

Largo Francisco António Maurício, 7 – 1º B
8500-535 Portimão
Tel.: 282 411 374
Fax: 282 411 377
e-mail: pontoseguro.pm@pontoseguro.pt

SEIXAL

Rua 19 de Dezembro, 31
2840-500 Seixal
Tel.: 212 275 171
Fax: 212 222 113
pontoseguro.sx@pontoseguro.pt

SETÚBAL

Rua João de Deus, 5 C
2900-412 Setúbal
Tel.: 265 537 343
Fax: 265 522 108
pontoseguro.st@pontoseguro.pt

SINES

Avenida General Humberto Delgado
Mercado Municipal – Loja 3
7520-309 Sines
Tel.: 269 635 844
Fax: 269 635 844
pontoseguro.sn@pontoseguro.pt

VILA DO CONDE

Avenida Infante D. Henrique, 1340
4480-860 Vila do Conde
Tel.: 252 623 265
Fax: 252 623 372
pontoseguro.vc@pontoseguro.pt



> editorial: Jerónimo Teixeira

1. "...contra os canhões marchar, marchar!"

Em 1890 a quase eterna aliada Inglaterra, fez um ultimato a Portugal, pondo fim à pretensão portuguesa de ligar os territórios de Angola e Moçambique, o denominado "Mapa cor-de-rosa", já que tal se opunha à sua bem maior pretensão de ligar o Cairo à cidade do Cabo. E assim nasceu a letra do que viria anos depois a ser adoptado como Hino de Portugal. Mais tarde, mudando a palavra "bretões" (naturais da Grã-Bretanha), por "canhões", para que não se limitasse a declaração àqueles, mas a todos os que, mesmo pela força, atentassem contra os interesses de Portugal. Assim se repudiava a atitude ofensiva de falsos amigos do exterior, mas também se denunciava a submissão do governo monárquico de então.

A Monarquia caiu em 1910 e a República durou até ao golpe de 1926.

A Ditadura Nacional – Estado Novo durou até 1974.

A Revolução dos cravos deu lugar à Democracia que em 1986 nos integrou (sem nos consultar) na Comunidade Económica Europeia (CEE), que passou em 1992 a União Europeia (UE). Em 1999 foi criado o Euro que só começou a circular em 2002, e que passou a ser a nossa moeda. Somos um país livre, com bandeira própria e hino próprio, mas na realidade somos governados a partir de Bruxelas, e como se tem visto nos últimos tempos por um governo não democrático nem legítimo, já que a dupla franco-alemã passou verdadeiramente a ser a decisora do destino de muitos dos 27 países da UE.

Todos sabemos que a crise atinge muitos países e economias muito mais ricas que a nossa, e que é necessário negociar apoios para sair das dificuldades actuais. Mas importa saber se o que se está a passar é negociar, ou simplesmente aplicar as medidas que outros decidem? E se essas medidas vão no sentido de resolver os nossos problemas, ou pelo contrário irão agravá-los? Cada português tem não só o direito como o dever de se interrogar e de agir coerentemente dentro dos limites constitucionais de acordo com a sua consciência.

O Hino mantém-se em vigor e actual e os portugueses tem hoje muitas e variadas razões para "marchar, marchar!"

2. Orçamento de Estado para 2012, quem não se sente...?

O aforismo popular diz que "quem não se sente, não é filho de boa gente"!

Os trabalhadores da função pública e pensionistas já conhecem a ameaça, os utentes do Serviço Nacional de Saúde

sabem o que os espera, muitas actividades económicas e centenas de milhar de pequenas e médias empresas não sabem como vão ou se vão sobreviver, já se percebeu que a grande maioria dos portugueses vai viver pior e para alguns milhões é uma situação dramática pelo desemprego, pela pobreza, pela doença com menor ou sem assistência, pela impossibilidade de cumprir contratos assumidos ou pela falência das suas empresas.

Estaremos a regredir mais de 20 anos e não há nenhuma perspectiva realista de sair deste quadro negro.

O Governo apesar de recentemente empossado, e do seu alinhamento político, já mereceu reticências do Presidente da República em questões essenciais

Evidencia, na mais benévola das avaliações, uma actuação errática, senão vejamos.

O partido maioritário fez aprovar na Assembleia da República recentemente uma Lei de Bases da Economia Social, que está para discussão na especialidade, e que prevê para as entidades que a integram "medidas de incentivo à sua actividade" e que "beneficiarão de um estatuto fiscal específico". Porém, na proposta de OE para 2012, prevê-se a revogação do Estatuto Fiscal Cooperativo, e o conseqüente agravamento da carga fiscal para a generalidade das cooperativas.

As cooperativas não se deslocalizam, não têm sedes em paraísos fiscais ou "offshore". Cumprem com os seus deveres para com os seus cooperadores, trabalhadores, comunidades em que estão inseridas e com o Estado de quem são um leal parceiro e aliado. Mas não podem aceitar passivamente esta posição da proposta do OE, que ameaça o cumprimento da missão para que cada uma existe, contrariando a Constituição da República e até a declaração de orientação política do próprio Governo.

Mas um ponto merece o nosso aplauso, o OE prevê para o sector da pesca a retoma das disposições anteriores do Código Contributivo da Segurança Social, pondo um ponto final na confusão e injustiças que a última legislação aprovada criou.

3. A Mútua e o futuro!

Em 2007 a Mútua deu início a uma política de aceitação de riscos de barcos de pesca em França, como forma de diversificação de riscos e internacionalização da actividade. Os resultados foram irregulares de ano para ano, mas sobretudo neste ano de 2011 ameaçam ser negativos. Foi com prudência que iniciámos este processo, e estamos agora com determinação a interrompê-lo. A internacionalização é uma possibilidade de crescimento, mas nunca poderá tornar-se uma ameaça aos resultados.

No ano de 2012 a Mútua comemora 70 anos de vida, o que se junta à comemoração do Ano Internacional das Cooperativas, segundo deliberação da Assembleia Geral das Nações Unidas.

O próximo Encontro da Mútua, a 5/nov/2011, decorrerá sob o lema "Olhar para dentro, para intervir melhor", colocando a dirigentes, colaboradores e trabalhadores o desafio de preparar as estratégias, projectos e acções que melhor garantam que a renovação geracional que se está a operar é um sinal da capacidade de se projectar para o futuro e que as propostas e caminhos a percorrer possam ser partilhadas e aprovadas pelos cooperadores ao longo de 2012.

4 Traçando o Rumo

5 Notícias

10 Investimentos Seguros

- Os novos segurados na Mútua



11 Seguros

- Actualidade nos seguros da Mútua

14 Dossier

- Economia Social



23 Observatório Marés

- Nova rubrica de artigos de opinião

25 Pesca

- Primeira jornada internacional de valorização da pesca artesanal
- Comprovativo de compra em lota - CCL
- Semana Europeia do Peixe 2011

27 Património Marítimo

- Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar
- Dia da Marinha do Tejo

29 Investigação

- Conferência Anual do Concelho Internacional para a Exploração do Mar
- Vida de Pescador e Vida de Antropólogo na Carrasqueira

31 Formação Marítima

- Convenção STCW-F 1995 - para os navios de pesca



32 MARLEANET

- Em busca do espaço do e.learning
- Participação portuguesa no workshop ibérico

36 Celebração da Cultura Costeira

- Para a senhora passar, Viana do Castelo 2011

38 Entrevista

- Álvaro Garrido escreve livro sobre a Mútua



41 Da Mútua

- A actualidade na Cooperativa

42 Pequenos Anúncios

propriedade



edição



• **Propriedade**> Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L., Avenida Santos Dumont 57, 6º - 1050-202 Lisboa, tel.: 213 936 300, fax: 213 936 310, www.mutuapescadores.pt, geral@mutuapescadores.pt, NIPC 500 726 477 • **Director**> José António Amador
• **Conselho Editorial**> Jerónimo Teixeira, Cristina Moço, Adelino Cardoso e Marta Pita
• **Edição, Produção e Publicidade**> Bleed, Sociedade Editorial e Organização de Eventos, Lda., Campo Grande, 30 - 9.º C, 1700-093 Lisboa, tel.: 217 957 045/6, Fax: 217 957 047, bleed.editorial@netcabo.pt • **Impressão**> Título Genuíno • **Tiragem**> 8.000 exemplares
• **N.º Registo**> 124498 • **Dep.Legal**>209498/04

Uma passagem pela marina da Amieira na barragem do Alqueva



A chegada à Marina da Amieira, após termos percorrido quilómetros e quilómetros de estradas quase desertas (Ourique e Beja de longe, Portel, etc.) e sob um sol escaldante, desencadeia em nós, uma multiplicidade de sensações indefinidas mas complexas...

No início da rampa que dá acesso à zona dos ancoradouros, os nossos sentidos são assaltados, ao abarcar um quadro quase idílico que proporciona emoções contraditórias...

Balançamos entre a agitação da descoberta e do encantamento e o desejo de fruir sem nos movermos (para não perturbar...), toda aquela quietude, todo aquele ambiente, enfim, toda aquela atmosfera

Os olhos são inundados por um espelho de água que é isso mesmo... um espelho, que reflecte os montes em redor e tudo aquilo que se move sobre a água...

O céu azul... azul...

O sol quase que dói...

Vemos os morros em volta que enquadram e ao mesmo tempo protegem dos ventos que possam soprar...

Os sons que escutamos são os sons da planície, o chilrear de um outro pássaro... o canto das cigarras... tudo nos chega sem agredir, difuso... como que distante... mas presente...

E os cheiros... ah!... os cheiros... intensos... dos solos sobre os quais desabou a canícula... cheiro a calor... os cheiros dos campos... e até... os cheiros das águas em pleno Baixo Alentejo...

Cerramos os olhos e aspiramos aquele envolvimento...

E aspiramos tranquilidade... e aquele ar um pouco mais fresco, que vem da barragem e uma indizível agradabilidade que provoca em nós um desejo de nos deixarmos desabar sobre uma espreguiçadeira e de olhos cerrados, não nos movermos...

Ou de partirmos... sem destino... num dos barcos-casa...

Mas... voltemos à realidade. Viemos trabalhar!!!

A cordialidade do relacionamento facilita o entendimento e rapidamente nos colocamos de acordo relativamente aos assuntos que estão sobre a mesa.

Alguns são mais complicados, mas com vontade, iremos resolvê-los.

Reforça-se e aprofunda-se a colaboração entre as duas Entidades.

Então, agora, a Marina da Amieira, tem todos os riscos inerentes à sua actividade (património, responsabilidades, pessoal, etc.) colocados na Mútua de Seguros.

É mais uma grande responsabilidade que nos honra, pela confiança, que é mútua

Referimos ao Eng Eduardo Lucas – um dos administradores, juntamente com o Eng Leal da Costa – não termos visto nenhum barco-casa, atracado...

“Isso é bom sinal!”, responde. “Realmente este ano temos estado a trabalhar razoavelmente bem, sobretudo com estrangeiros, mas também alguns portugueses”

“Ótimo, para vós e para nós e até para o país”, acrescentamos!

Ao almoço a cordialidade transtagana. Umás plumas do reco preto, com migas e tinto da Ervideira. Tudo Alentejano.

Até a localização do restaurante é magnífica, debruçado sobre as águas, com uma vista de 180º, para a Barragem.

Mas todo o complexo, todos os edifícios são um exemplo de harmonia e integração natural na paisagem.

Na estrada, a 500 m da Marina, não se imagina o que vamos encontrar.

E digo para mim mesmo “Seria bom, muito bom, se muitos portugueses tivessem condições para fruir empreendimentos destes...”

Despedimo-nos e não queremos ir...

Um dia ainda partirei com a Sara e talvez a Catarina ou a Mariana, num dos barcos casa!

Ah! Para que conste! Ninguém nos encomendou o escrito...!!!

Mas sentimos vontade de partilhar aquilo que nos impressiona tão fortemente!

Para isso, para partilhar, aqui fica!

José Castanheira

jose.castanheira@mutuapescadores.pt

1ª Conferência sobre Crescimento Empresarial

A Mútua dos Pescadores foi uma das organizações convidadas para participar na primeira Conferência sobre Crescimento Empresarial e Empresas de Elevado Crescimento em Portugal, que se realizou no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no dia 19 de Outubro.

A conferência, organizada pela Informa D&B e GrowthManifesto, em parceria com a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e COTEC Portugal, teve a finalidade de apresentar as conclusões do estudo sobre crescimento no tecido empresarial português entre 2006 e 2009, que reúne informação sobre os principais factores de crescimento empresarial em Portugal, sectores e áreas geográficas abrangidas.

Segundo este estudo, em Portugal existem 620 Empresas de Crescimento Elevado (ECE), com uma taxa de crescimento mínima anual de 20 por cento, volume de negócios acima de 500.000 Euros e mais de 10 colaboradores.

A experiência e qualificação dos empresários empreendedores e dos recursos humanos, a implementação de uma cultura orientada para o crescimento nos objectivos globais e individuais da empresa, a valorização do conhecimento e da inovação (a procura da qualidade e a aposta em bens e serviços inovadores) são alguns dos factores de sucesso identificados pelas empresas de crescimento elevado portuguesas, mas que em época de recessão económica deverão estar também presentes nos objectivos de todas as demais empresas.

“Estabelecer um compromisso para crescer é uma condição para o crescimento sustentado”.

Carla Espada

carla.espada@mutuapescadores.pt

NOTÍCIAS DO VERÃO QUE PASSOU...

5 pescadores e 5 percursos de vida dos mares de Tavira homenageados

Foi em ambiente de festa que Tavira homenageou cinco pescadores da sua comunidade, no início do Verão de 2011. Cerca de trezentas pessoas, participaram no jantar/convívio, entre pescadores e suas famílias e representantes da administração pública do sector, autoridade marítima e autarquia local.



Leonardo Diogo, dirigente da Mútua e Presidente da Associação de Armadores e Pescadores do Concelho de Tavira (APTAV), fez as honras da festa, aproveitando a ocasião para também falar de alguns projectos em curso para o sector e as suas preocupações. José Apolinário, Director-Geral das Pescas e Aquicultura, recordou a segurança e formação profissional. "Dos homenageados de hoje, alguns passaram pela Escola de Pesca. Hoje, alguns passam pelo Formar. É muito importante ter uma boa formação profissional, para salvaguarda da vida humana. Por isso, quero sublinhar o trabalho da Associação em conjunto com a Câmara Municipal de Tavira, ao apresentar a candidatura para a existência de coletes de salvação individual. O que estamos a falar não é saber quem tem mais ou menos coragem porque o golpe de mar não é previsto. É uma questão de segurança, bem como respeitar todas as regras de boa conduta no mar, obedecendo às autoridades marítimas. Não se trata de caça à multa. Trata-se de salvar vidas humanas." O Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Jorge Botelho, saudou todos os homenageados e a justa distinção que se lhes fez por toda uma vida de trabalho dedicada ao mar, indicando também que todos os esforços estão a ser feitos para levar a bom porto o projecto do porto de pesca.

Os pescadores homenageados – breves histórias de vida:

Joaquim Manuel de Jesus (Santiago), nasceu no dia 3 de Junho de 1940.

Com 13 anos tirou a cédula marítima e iniciou a sua vida no mar na embarcação "Solita", na arte dos alcatruzes, sacada, bem como na pesca da sardinha. Com 20 anos de idade, integrou a Traineira "Flor do Sul Florita", da Companhia Balsense, onde pescava sardinha, biqueirão e cavala. Em 1969 emigrou para a Alemanha, onde esteve até 1974. Ano em que regressou a Portugal e adquiriu a embarcação "Jesus", dedicando-se à pesca de redes de estremalho e de amanho. Em 1975, com 35 anos, foi delegado Sindical da Previdência da Mútua dos Pescadores, função que desempenhou até meados dos anos 80, sendo-lhe reconhecido um elevado espírito defensor e uma voz forte e representativa na comunidade piscatória taviense. Algum tempo depois vendeu a embarcação "Jesus" e comprou a "Lozarella", a qual naufragou na Barra de Tavira durante uma tempestade. Felizmente, todos os tripulantes foram salvos por um nadador-salvador da cidade.

José Liberto Pereira Campos (Luz de Tavira), nasceu no dia 9 de Janeiro de 1956. É natural da freguesia de Santiago e reside no Sítio do Pinheiro na Luz de Tavira.

Iniciou a actividade de pescador em 1976. Em 1978, integra a embarcação "O Cherne" em Marrocos, na pesca do anzol. Neste mesmo ano embarca no "Lila" nos Açores. Entre 1979 e 1984 esteve em Marrocos e Mauritânia. No final de 1984, na embarcação "Irmão Carlos" naufraga no Cabo Bojador, não havendo vítimas. Manteve-se em Marrocos até 1993, ano em que regressa a Portugal e se dedica à restauração.

António José Salvé-Rainha (Santa Luzia), nasceu no dia 24 de Fevereiro de 1935, nesta vila piscatória. Iniciou a actividade com 12 anos de idade. Aos 26 anos, aventurou-se na dura pesca do bacalhau nos gélidos mares da Gronelândia. Andou nos Doris a pescar o bacalhau à linha, durante dois anos. Regressado dos perigos da pesca do bacalhau, com 28 anos, emigrou para a África do Sul. Residia na Cidade do Cabo e trabalhava num arrastão espanhol na Namíbia. Também andou na pesca de lagosta e sardinha. Três anos depois regressa a Santa Luzia. Aos 36 anos de idade volta a partir, desta vez para Angola, a bordo do arrastão "Praia da Ericeira". Poucos meses depois regressa a casa.

Em 1969, regressou definitivamente, à sua terra natal. Integra a Comissão de Mordomos da Festa de Santa Luzia, distinção reservada somente aos mestres e donos de embarcação. Após a revolução de 25 de Abril de 1974, altura em que os Comandantes de Porto foram exonerados das Casas dos Pescadores, integrou, por dois anos, uma "Comissão Administrativa" na qualidade de tesoureiro.

Aos 74 anos por força da Lei deixa definitivamente de andar ao mar, lamentando o estado em que a pesca chegou em Portugal.

Rui da Conceição Machado (Cabanas), nasceu em 1938 na cidade de Tavira. Aos 18 anos começou a participar como pescador activo na pesca do atum, fazendo, durante 7 anos, campanhas à Armação da Abóbora. Repartia, nesse período, a sua actividade profissional entre a pesca do atum (de verão, em Cabanas) e a sacada (de inverno, em Tavira). Uma das piores situações que passou, quando, no mês de Janeiro, em pleno mar de Espanha, caiu à água com roupa de oleado e botas calçadas, valendo-lhe o facto de ser um excelente nadador, o que lhe permitiu, rapidamente, alcançar a embarcação. Nos dias de hoje, o Rui, por força das circunstâncias, já não pode ser o homem animado e bem-disposto de outrora. Conta agora 73 anos de idade e vai dividindo o seu tempo entre pequenos passeios, acompanhado pela sua mulher, e conversando com uns amigos. Esta é a melhor forma de lidar com a vida que nesta fase lhe foi madrastra.

Belarmino António dos Santos Viegas (Santa Maria), nasceu no dia 12 de Maio de 1938, em Santa Luzia. Com três meses de idade foi viver para Ayamonte com os seus pais, onde permaneceu durante 12 anos.

De Tavira partiu aos 18 anos para tentar a sua sorte em Kenitra, Marrocos, onde permaneceu cerca de quatro "longos" meses, tendo como habitação apenas o barco, onde comiam, dormiam e trabalhavam.

Possuiu várias embarcações de pesca e durante 25 anos foi sócio-gerente de uma empresa de transportes fluviais

Em 1996, depois de ter enfrentado muitas tempestades e bonanças, anos de luta no mar e em terra, Belarmino deixa o mar. Foi no mar que se realizou. Foi no mar que se notabilizou. Foi no mar que ganhou o sustento da sua família. É com a pesca e com os pescadores que se identifica. É das suas histórias como pescador que gosta de recordar e falar.

Cinco homens, cinco histórias de vida, que ainda deixam muito por contar.

Retirado de texto de Geraldo de Jesus
<http://www.algarvenoticias.com/noticias/artigo.php?op=a87ff679a2f3e71d9181a67b7542122c&id=c728615c8a166f73ec481b345cac1e84>

O mundo que eu vi

Quem já leu a Odisseia, os Lusíadas, a Peregrinação, a História Trágico-Marítima, Moby Dick, Os Pescadores, Os Velhos Marinheiros, Avieiros e O Velho e o Mar, reconhece imediatamente que este livro de Genuíno Madruga teve por objetivo uma abordagem diferente sobre a vida no mar. Certamente que a maior preocupação do autor não foi a de elaborar uma obra de cariz vincadamente literário, na linha de Jorge Amado, Alves Redol ou Ernest Hemingway.

Isto porque a sua especialidade é outra.

O propósito terá sido o de relatar a experiência de uma segunda volta ao mundo, em solitário e numa embarcação de recreio, (faceta só conseguida por dez navegadores), sem esquecer de fazer a ponte com a primeira.

E esta constitui uma das grandes qualidades do livro: observar as alterações que se manifestaram em poucos anos de intervalo na paisagem e na vida dos povos com os quais conviveu. É uma monografia bem organizada e melhor ilustrada.

Muito enriquecedora do ponto de vista pedagógico, nomeadamente quanto aos conhecimentos geográficos e náuticos.

Mas isso não significa que estamos perante uma obra de natureza estritamente científica.

Pois é também uma história excitante, com muita emoção e aventura, onde marcam presença a alegria, o prazer, a amizade, o convívio, a solidariedade, a tristeza, a ansiedade, o risco, a justiça e o saber, ingredientes desde sempre indispensáveis às boas crónicas de viagens.

Caro leitor:

Trata-se de um livro que vivamente recomendamos.

Mas para não ficar sujeito aos perigos a que se submeteu o nosso intrépido navegador, sugerimos que o leia sentado no sofá, com o ar condicionado ligado e uma bebida fresca por companhia.

**Este artigo respeita as normas do Acordo Ortográfico*

Adelino Cardoso

Mútua apoiou regata de barcos clássicos no Atlântico

A Mútua apoiou, no Verão que passou, o iate AIRMAIL, da Horta (Faial, Açores), na regata ATLANTIC TROPHEE, que decorreu entre 14 de Julho e 24 de Agosto de 2011.

A regata percorreu o Atlântico, desde Douarnenez, na costa noroeste Francesa, navegando até à Horta, e regressando à cidade costeira francesa, duas etapas de 1100 milhas náuticas cada, com a participação de barcos clássicos divididos em 3

classes – vintage ou tradicional; tradicionais modernos e neo-clássicos ou espírito da tradição.

Ao nosso associado e skipper do Airmail, Luís Carlos Bicudo Decq Mota, e a toda a tripulação, damos os parabéns pela ousadia da aventura!



Berlengas classificadas como Reserva Mundial da Biosfera



A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura atribuiu recentemente a classificação de Reserva Mundial da Biosfera ao arquipélago das Berlengas, a quinta no país. O anúncio oficial decorreu em Dresden, Alemanha, após a finalização dos trabalhos da 23ª sessão do Conselho de Coordenação Internacional do programa 'O Homem e a Biosfera' (MAB), ao qual a Câmara de Peniche concorreu em 2009.

«Trata-se de um justo reconhecimento do enorme potencial e valor do património natural do arquipélago das Berlengas, e que, em simultâneo, aumenta as responsabilidades de quem usufrui deste território singular», afirmou à agência Lusa António José Correia, presidente da Câmara de Peniche, que em 2009 apresentou a candidatura.

As Berlengas são a quinta Reserva Mundial da Biosfera do país, depois das ilhas do Corvo, Flores e Graciosa (Açores) e do Paul do Boquilobo (na bacia hidrográfica do Tejo).

Com a classificação obtida, o município pretende valorizar os recursos naturais, compatibilizando-os com actividades como a pesca ou o turismo e com a ocupação humana e passa a ter uma maior responsabilidade na defesa da biodiversidade como garantia da sustentabilidade do território. «A aprovação desta candidatura demonstra igualmente um reconhecimento acerca dos problemas de conservação e de desenvolvimento, assim como a existência de acções para fazer face a tais constrangimentos», disse o autarca.

Os principais usos do arquipélago são o turismo (visitas às grutas, observação de aves, mergulho) e a exploração de recursos naturais, como o percebe, levando a que haja no verão uma ocupação intensa da principal ilha do arquipélago. Para resolver esses problemas, várias entidades vão intervir para tornar a ilha auto-sustentável, entre as quais a instalação de painéis fotovoltaicos e o tratamento das águas residuais e de resíduos sólidos, orçados em 1,5 milhões de euros, para minimizar os impactos causados pela presença de turistas na ilha durante o verão.

As Berlengas já estão classificadas desde 1981 como Reserva Natural. A importância da conservação desta área natural à escala Europeia foi reconhecida em 1997, ao ser classificada como Sítio da Rede Natura 2000 ao abrigo da Directiva Habitats. Em 1999 foi classificada como Zona de Protecção Especial para as Aves Selvagens ao abrigo da Directiva Aves. Além destes estatutos, encontra-se ainda classificada pelo Conselho da Europa como Reserva Biogenética.

I CONFERÊNCIA DA CPSI
COMUNIDADE PORTUÁRIA DE SINES

“O Impacto do Novo Canal do Panamá nos Portos Portugueses”



A CPSI organiza no próximo dia 14 de Novembro a 1ª Conferência da Comunidade Portuária de Sines tendo por tema aquele que é já um dos mais relevantes assuntos para o sector marítimo-portuário: “O impacto do novo canal do Panamá nos Portos Portugueses”.

Na conferência, que vai decorrer no Auditório do Porto de Sines às 10.30, será debatida a questão do alargamento do Canal do Panamá e as oportunidades que o novo Canal irá proporcionar aos Portos Nacionais.

No debate estará presente um responsável do Canal do Panamá e um especialista da Universidade da Corunha, que apresentarão a respetiva visão internacional sobre o alargamento do Canal do Panamá. Farão ainda parte deste encontro analistas e representantes dos diversos stakeholders ligados ao sector.

A Comunidade Portuária de Sines (CPSI) nasceu no passado dia 9 de Junho e integra os principais agentes económicos com actividade nesta infra-estrutura portuária. A CPSI visa cumprir um conjunto de objetivos que contribuam para o desenvolvimento do Porto de Sines, nomeadamente no âmbito comercial e propõe-se ainda contribuir para a melhoria das condições de operacionalidade do Porto de Sines, bem como para o desenvolvimento da área logística adjacente, visando tornar Sines numa grande plataforma logística Ibérica e Europeia.

Ericeira é Reserva Mundial de Surf

Da praia da Empa à praia de São Lourenço, encontram-se sete tipos de ondas de classe mundial. Por esta razão, aquelas praias do concelho de Mafra foram reconhecidas no passado dia 14 como Reserva Mundial de Surf, num evento que contou com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Pedro Afonso de Paulo.

«Este reconhecimento é um importante contributo para preservar o meio ambiente e o nosso grande património que é o mar, mas é também uma forma de acabar com a sazonalidade que muitas vezes tem o nosso turismo em termos de sol e praia. É ainda uma forma de fomentar hábitos de vida mais saudáveis», sublinhou o Secretário de Estado.

A atribuição do estatuto de reserva mundial de surf pela organização norte-americana “Save the waves coalition” é primeira do género na Europa e a segunda em todo o Mundo.

Português Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos

Foi eleito na 17ª sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, em Kingston, na Jamaica, o Professor Pedro Madureira, candidato de Portugal, como membro da Comissão Jurídica e Técnica da Autoridade, para um mandato de 5 anos, com início a 1 de Janeiro de 2012.

A Comissão Jurídica e Técnica é um órgão do Conselho da Autoridade. Os seus membros são eleitos pelo Conselho com base nas habilitações pessoais, relevantes em matéria de exploração, aproveitamento e tratamento de minerais, oceanologia, protecção do meio marinho ou assuntos económicos ou jurídicos relativos à mineração oceânica e outros domínios conexos.

Nascido em 1970, Pedro Madureira doutorado em Geologia, é desde 2006 professor de geologia marinha e recursos geológicos, no departamento de Geociências da Universidade de Évora. Colabora desde 2007, na Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental, actualmente Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar, tendo participado activamente na elaboração da Proposta de Extensão da Plataforma Continental de Portugal (entregue a 11 de Maio de 2009, na Nações Unidas).

PATRIMÓNIO MARÍTIMO-FLUVIAL DO ESTUÁRIO DO TEJO Conferência sobre os desafios à sustentabilidade

A Associação Naval Sarrilhense e o Instituto de Dinâmica do Espaço da Universidade Nova de Lisboa vão organizar um Workshop subordinado ao tema “Desafios à Sustentabilidade do Património Marítimo-Fluvial do Estuário do Tejo”.



A iniciativa vai decorrer dia 2 de Novembro (Quarta-feira), a partir das 17h00, no Auditório da Gare Marítima de Alcântara (Lisboa) e tem entrada livre.

A organização do evento pretende debater a problemática da sustentabilidade do património marítimo-fluvial, em geral, e do Estuário do Tejo, em particular. Tal ocorre num contexto em que a conjuntura económico-financeira nacional e internacional determina a emergência de novos e importantes desafios à capacidade de actuação das instituições na preservação e promoção deste património. Mas, igualmente, num contexto em que a União Europeia veio reafirmar a importância da reivindicação do património marítimo e da reafirmação da identidade marítima da Europa, e em que se assiste a uma reorientação estratégica de Portugal em relação ao Mar.

A Abertura do Workshop contará com a participação do Secretário de Estado do Mar, Professor Manuel Pinto de Abreu. Os oradores convidados irão centrar as suas intervenções nos seguintes temas: “A União Europeia e a Preservação do Património Marítimo-Fluvial”, “A Cultura do Mar e o Aprofundamento da Identidade Marítima Nacional”, “A salvaguarda e sustentabilidade do património marítimo e fluvial do Estuário do Tejo: papel do Ecomuseu Municipal do Seixal, na perspectiva de uma gestão participativa” e “As Associações Náuticas

e a Preservação do Património Marítimo-Fluvial do Estuário do Tejo: o caso da Associação Naval Sarilhense”.

No decorrer deste evento será ainda inaugurada a Exposição “Embarcações Tradicionais do Estuário do Tejo: história, memórias, vivências”, organizada pela Associação Naval Sarilhense na Gare Marítima de Alcântara (Salão Almada Negreiros). Trata-se de uma exposição de embarcações tradicionais, miniaturas de embarcações tradicionais, artefactos náuticos e fotografias, que estará patente entre os dias 3 e 13 de Novembro (14h00-18h00).

Campeonato da Europa de RS:X Funchal 2012

O Campeonato da Europa de RS:X (prancha à vela) 2012 foi apresentado na sede do Comité Olímpico de Portugal. A prova



realiza-se, de 24 de Fevereiro a 1 de Março de 2012, na cidade do Funchal e vai contar com a participação de mais de 200 velejadores de 30 países.

Na cerimónia de apresentação do evento, Vicente Moura, Presidente do COP, salientou a importância da realização do europeu em águas madeirenses e deixou o elogio: “A vela é uma das mais prestigiadas modalidades, obtendo resultados além-fronteiras que honram Portugal.”

Já Mafalda Freitas, Presidente do Clube Naval do Funchal, referiu as enormes potencialidades da ilha da Madeira para a prática de desportos náuticos e deixando palavras de apreço a João Rodrigues: “A organização desta prova é também uma forma de homenagear a sua carreira. Se na Madeira há meninos que querem ser o Cristiano Ronaldo quando crescerem, há outros que têm o desejo de ser como o João Rodrigues”, afirmou.

Por seu turno, o Presidente da Federação Portuguesa de Vela, José Manuel Leandro, reforçou as capacidades do arquipélago: “É uma região com condições excelentes para a vela. No início desta década organizou com sucesso o Mundial da Juventude ISAF e espero que este europeu tenha o mesmo êxito”, referiu.

O grande impulsionador da realização do Campeonato da Europa, foi João Rodrigues. O velejador que vai tornar-se no atleta português com maior número de presenças (6) em jogos olímpicos não escondia a satisfação: “Esta é a cereja no topo do bolo. Vai ser um privilégio poder competir nas águas onde me iniciei. Vai ser um sucesso, até porque será um evento qualificativo para as olimpíadas para alguns países como Espanha, França ou Alemanha”, conclui.

Na apresentação do europeu marcaram ainda presença Rubina Leal, vereadora da Câmara Municipal do Funchal e Francisco Fernandes, Secretário Regional da Educação e Cultura.

POTÊNCIA SEM LIMITES

MOTORES CATERPILLAR E M&K DE ÚLTIMA GERAÇÃO



CAT M&K

A solução mais fiável e avançada para cada necessidade específica. Com uma ampla rede de cobertura e assistência a nível nacional.

CATERPILLAR, A SUA MELHOR ESCOLHA.

RIO DOURO BARCADOURO

Sociedade de Turismo Fluvial e Terrestre Lda.

Com sede em Carrazeda de Ansiães, Distrito de Bragança, e loja em Vila Nova de Gaia, a Barcadouro, criada em 1996, efectua cruzeiros diários ao longo do Rio Douro.

A Barcadouro é proprietária das embarcações "Senhora do Douro", "Infanta", "Pirata Azul" e o primeiro Catamaran a operar no Rio Douro "Independência", com 27, 30, 38 e 33 metros respectivamente, adjudicou à Mútua dos Pescadores os seguros de Responsabilidade Civil, Danos Próprios e de Acidentes Pessoais dos passageiros e tripulantes, depositando nesta Cooperativa de Seguros a sua confiança. Bem vindos a bordo!



Sandra Costa

sandra.costa@mutuapescadores.pt

ALGARVE

NOVOS SEGUROS DO CLUSTER DO MAR

- **Udiving – Centro de Mergulho**, sediada em Faro, com loja na EN 125, à entrada da cidade, que iniciou a sua actividade como centro de mergulho, colocou na Mútua os seus seguros ligados à actividade. A Udiving, organiza saídas para mergulho de lazer, mas também acções de formação nesta área. Entretanto funciona igualmente como entidade certificada para a Formação, em diversas áreas e não apenas ligadas ao mar. Ao Sr. Mateus Mendonça desejamos os maiores sucessos empresariais e pessoais.



- Também a empresa **Nave Pegos, Lda**, de Faro, colocou na Mútua os seus seguros.

Trata-se dum estaleiro de apoio à marinha de Recreio, que para além de parquear embarcações, realiza algumas tarefas de manutenção. Funcionando bem no centro da Ria Formosa, os estaleiros Nave Pegos, que possui equipamentos perfeitamente adequados às funções que realiza, proporcionam ao mesmo tempo um porto de abrigo seguro e vocacionado para a guarda na época baixa deste tipo de embarcações, proporcionando ao mesmo tempo todas as condições para que os proprietários das mesmas desempenhem as tarefas por vezes menos complexas e mais rotineiras, com vista à boa manutenção das embarcações. Aos sócios da Nave Pegos, as nossas boas vindas e com votos de sucesso.



- A **Associação Humanitária de Nadadores-Salvadores de Faro**, colocou na Mútua o seguro da embarcação de apoio à sua actividade desenvolvida nomeadamente na Praia de Faro.

Este "namoro" já vinha de longe tendo em conta o carácter da Associação e agora foi possível concretizar-se uma maior aproximação.

São bem-vindos os Nadadores - Salvadores de Faro e votos de sucesso na sua importante missão.



- A empresa **Mares Maravilhosos – Actividades Marítimo - Turísticas Lda**, colocou na Mútua os seguros do seu Catamaran a motor OPHÉLIA: o seguro da embarcação, de passageiros e da tripulação. É um Catamaran com 17,60m, com apenas um ano de idade, que oferece todo o conforto. A bordo do Ofhélia é possível desfrutar das maravilhas do barlavento algarvio e nele (re)descobrir o Algarve tantas vezes esquecido, onde a natureza impera. Fica então o nosso convite para navegarem a bordo do Ofhélia, em segurança com a Mútua dos Pescadores.



AÇORES – ILHA DE SÃO MIGUEL

Embarcação "CETUS" – da Empresa Futurismo Azores Adventures

A embarcação "Cetus", inaugurada no início do Verão é o novo catamaran da empresa Açoreana Futurismo, da Ilha de São Miguel, dedicada à actividade de Whale Watching. que conta já com 21 anos pioneira da actividade de Whale Watching na Ilha.

Com os seus 17,50m de comprimento, 6,80 de largura, com 1 skipper, 2 biólogos e 1 marinheiro, a Cetus vem enaltecendo esta empresa que celebra este ano 21 anos de existência, e que foi pioneira desta actividade na Ilha.

Estreou-se como empresa de charters marítimos inter-ilhas, tendo mais tarde diversificado a sua oferta na área cada vez mais procurada do turismo de natureza e de aventura. À observação de baleias juntou os passeios pedestres e de jipe pela Ilha.

Em 2009 profissionalizou os seus meios e recursos fortalecendo nos últimos dois anos as relações comerciais já existentes, e alcançou novos mercados como o alemão e o americano. A reestruturação da empresa passou ainda por uma mudança de imagem e pela introdução de um plano de marketing com vista à sua promoção.

A sua estrutura física também cresceu, contando hoje com um Centro de Actividades na Marina Pêro de Teive, uma loja nas Portas do Mar e um quiosque na avenida marginal. Relativamente aos seus meios opera com 5 jipes, 3 carrinhas, 5 barcos semi-rígidos, 1 barco em fibra de vidro e o novo catamaran.



(texto a partir do Comunicado de imprensa enviado)

Créditos:

1 Fotografia do "Pirata Azul" de Ricardo Marins, retirada de <http://cruzeiroshipsblog.blogspot.com/2010/07/barcadouro-adquere-catamara.html>

2 Fotografia - <http://pt.mydestination.com/algarve/things-to-do/134522/ophelia-coastal-cruises>

A Mútua dos Pescadores já tem os seguros obrigatórios e facultativos

A propósito do recente arranque do primeiro projeto de pesca-turismo, desenvolvido pela Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores dos Açores, em São Mateus, na Ilha Terceira, que envolve a embarcação "Flávio", justifica-se, desde já, um pequeno apontamento sobre esta nova atividade.

A pesca-turismo está legislada na Região Autónoma dos Açores através do Decreto Legislativo Regional nº. 36/2008/A, de 30 de julho.

Faz parte integrante da marítimo-turística, conforme estipula o artº. 8º. do DLR nº. 23/2007/A, de 23 de outubro, que a regula.

Em termos de seguros, é assim, no âmbito das exigências da marítimo-turística, que deve ser também enquadrada esta atividade.

Por um lado, o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil, consagrado no Artº. 27º. e no Anexo A do citado DLR nº. 23/2007/A, a que o Artº. 15º. do referido DLR 23/2007/A também alude.

Por outro lado, implica igualmente os seguros obrigatórios de Acidentes Pessoais e de Assistência no estrangeiro dos utentes, de acordo com o previsto no Artº. 27º. do Decreto-Lei nº. 108/2009, de 15 de maio, diploma que define as linhas orientadoras da animação turística (onde se inclui a marítima-turística e, como vimos, por analogia, a pesca-turismo).

Enquanto segurador especializado e atento às necessidades dos marítimos, a Mútua dos Pescadores informa que também nesta original,

aliciante e prometedora atividade, dispõe de todos os recursos para dar o seu contributo, através dos seguros obrigatórios e facultativos, em boas condições de preço, de produto e de assistência, com a maior simplificação administrativa, para que ela floresça e se desenvolva em condições da maior legalidade e segurança.

Contacte-nos!

*Este artigo respeita as normas do Acordo Ortográfico.
Ilustração de Duarte Saraiva, Artista Plástico



Mulheres dos Açores pioneiras na Pesca Turismo

"Esperamos ser originais, atrair pessoas que nunca tenham vivido ou queiram renovar experiências no mar, mas também queremos que pescadores e armadores possam ganhar mais algum dinheiro." (Glória Brasil ao Jornal Online Aluvião)**

A Associação de Mulheres de Pescadores e Armadores dos Açores (São Mateus, Ilha Terceira), pode estar orgulhosa do novo e inovador projecto que lançou este Verão, a bordo da embarcação de pesca "Flávio", inaugurada em Junho. Trata-se do primeiro projecto de "pesca turismo" nos Açores, projecto que foi acarinhado desde o primeiro momento pela antiga presidente da Associação Glória Brasil, e tomado com o mesmo empenho pela nova presidente Sara Lima Silveira. Por 70 euros os interessados podem experimentar durante três ou quatro horas a vida a bordo de um barco de pesca. Os participantes, em grupos de seis, têm ainda direito a dois quilos do pescado ou meio quilo e uma refeição num restaurante local, que poderá ser confeccionada com o pescado ou um dos pratos da ementa.

Mas antes de embarcarmos os "aprendizes de pescadores" ficarão a conhecer melhor a Associação e a actividade por ela desenvolvida, bem como conhecer o artesanato regional, vendido na sede da Associação, visitar o Porto de pesca e núcleo museológico sobre as artes de pesca locais e embarcações. Uma nova actividade económica, acreditam estas mulheres, de, não apenas dignificar a profissão de pescador, como de valorizar os vários aspectos da cultura das gentes do mar.

De acordo com o Sub-secretário Regional das Pescas, Marcelo Pamploina, o enquadramento legal desta actividade está criado (desde 2008 - ver Marés #53) pelo que qualquer embarcação da frota pesqueira regional pode candidatar-se a operar neste mercado.

O objectivo do Governo, não é o de substituir a actividade profissional pela pesca turismo, mas que existam nos portos de pesca dos Açores "um número, necessariamente reduzido, de embarcações que dediquem a esta actividade, valorizando a carreira do pescador, mas também atraindo um maior número de pessoas para participar na pesca tradicional" da Região.

Esta será, como reclamam estas mulheres há tanto tempo, uma actividade complementar à pesca profissional, e a pouco e pouco, proporcionará o aumento do rendimento das famílias que têm no mar a sua principal fonte de subsistência. Resta-nos desejar os maiores sucessos para este projecto e adiantar que a Mútua dos Pescadores já fez algum do seu trabalho de casa sobre este assunto!

** Texto elaborado com informações extraídas a partir de "A União - jornal online" - <http://www.auniao.com/noticias/ver.php?id=24232>
Fotografia de Elvino Vieira/Photo Vieira



OS ^{NOSSOS} TRÊS M

Na sequência da publicação da Lei do Contrato de Seguro, não só fizemos a devida adaptação à lei, como também aproveitámos a oportunidade para melhorar todos os nossos produtos, quer nos aspetos técnicos quer nos aspetos comerciais. Este quadro pretende sintetizar a cobertura dos nossos produtos, mais aprofundada, através de outros instrumentos disponíveis, este quadro pretende sintetizar

Habitação



RISCOS	LIMITE INDEMNIZAÇÃO (por anuidade)
COBERTURA BASE	
INCÊNDIO, RAIO E EXPLOSAO	Capital Seguro
TEMPESTADES	Capital Seguro
INUNDAÇÕES	Capital Seguro
DANOS POR AGUA	Capital Seguro
Inclui:	
Pesquisa de Avarias	€ 500,00
Danos Estéticos	€ 1.000,00
FURTO OU ROUBO	Capital Seguro
Inclui:	
Roubo de Dinheiro	1% do capital do conteúdo, no máximo de € 125,00
DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ESCOMBROS	5% prejuízos indemnizáveis por danos materiais
Seguro obrigatório, nos edifícios em propriedade horizontal	Sem o limite acima referido
ALUMENTO DE TERRAS	Capital Seguro
QUEDA DE AERONAVES	Capital Seguro
CHOQUE VEÍCULOS TERRESTRES	Capital Seguro
DERRAME ACIDENTAL DE ÓLEO	Capital Seguro
QUEBRA DE VIDROS	1% do capital seguro, no máximo de € 1.250,00
QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS	Capital Próprio
QUEBRA OU QUEDA DE PAINÉIS SOLARES	Capital Próprio
PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA	10% do capital seguro, no máximo de € 1.250,00, a 6 meses
DANOS BENS REFRIGERADOS	1% do capital seguro do conteúdo, no máximo de € 250,00
DANOS BENS SENHORIO	5% do capital do conteúdo
MUDANÇA TEMPORÁRIA	Capital Seguro
RESPONSABILIDADE CIVIL	20% do capital seguro, no máximo de € 25.000,00
PERDA RENDAS	Máximo € 2.500,00, a 12 meses
ACIDENTES PESSOAIS (invalidez permanente)	10% do capital seguro, no máximo de € 7.500,00
ACIDENTES PESSOAIS (morte)	10% do capital seguro, no máximo de € 7.500,00
ACIDENTES PESSOAIS (despesas tratamento)	2% do capital seguro, no máximo de € 750,00
ACIDENTES PESSOAIS (despesas de funeral)	2% do capital seguro, máximo de € 750,00
GREVES, TUMULTOS	Capital Seguro
ACTOS DE VANDALISMO	Capital Seguro
QUEDA DE MÓVEIS FIXOS	2% do capital do conteúdo, no máximo de € 500,00
DERRAME SISTEMAS HIDRÁULICOS	Capital Seguro
CHOQUE OU IMPACTO DE OBJECTOS SÓLIDOS	Capital Seguro
ASSISTÊNCIA	Conforme Condição Especial 01
COBERTURAS COMPLEMENTARES	
FENÓMENOS SÍSMICOS	Capital Seguro
RISCOS ELÉTRICOS	Capital Próprio
BENS REFRIGERADOS	Capital Próprio

Notas:

- Objeto do seguro - Seguro específico para habitações, sendo obrigatória por lei, no que respeita à construção - tratando-se de propriedades horizontais - a cobertura de Incêndio (aquí garantida).
- Bens a segurar - Somente o edifício ou fração; Idem+benefetórias; somente o conteúdo; edifício ou fração+conteúdo; edifício ou fração+benefetórias+conteúdo.
- Discriminação e valorização dos bens a segurar - Indicar separadamente: o valor de reconstrução do edifício, o valor de reconstrução das benfeitorias, o valor de substituição em novo do conteúdo normal, o valor atual de mercado dos objetos valiosos.
- Atualização do capital - Sem prejuízo de atualizações pontuais, quando houver aumento ou renovação dos bens, existe uma cláusula de atualização automática indexada para os bens seguros.
- Franquias - Apenas nas coberturas de Danos por Água (25% sobre o valor do sinistro, no mínimo de € 250,00) se o edifício tiver mais de 25 anos ou se não tiver sofrido obras de renovação das canalizações nos últimos 25 anos e de Fenómenos Sísmicos (5% sobre o capital seguro).
- Tarifação - A construção (não se enquadram nesta modalidade as construções totalmente combustíveis), idade, meios de segurança, ocupação e localização do edifício são dos fatores que mais influenciam a avaliação do risco e o cálculo do respetivo prémio de seguro.

Condomínio

RISCOS	COBERTURA
INCÊNDIO, RAIO E EXPLOSAO	
TEMPESTADES	
INUNDAÇÕES	
FURTO OU ROUBO	
Inclui:	
Roubo de Dinheiro	
DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ESCOMBROS	
Seguro obrigatório, nos edifícios em propriedade horizontal	
ALUMENTO DE TERRAS	
QUEDA DE AERONAVES	
CHOQUE VEÍCULOS TERRESTRES	
DERRAME ACIDENTAL DE ÓLEO	
QUEBRA DE VIDROS	
QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS	
QUEBRA OU QUEDA DE PAINÉIS SOLARES	
PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA	
DANOS BENS REFRIGERADOS	
MUDANÇA TEMPORÁRIA	
RESPONSABILIDADE CIVIL	
PERDA RENDAS	Máximo € 2.500,00, a 12 meses
GREVES, TUMULTOS	
ACTOS DE VANDALISMO	
DERRAME SISTEMAS HIDRÁULICOS	
CHOQUE OU IMPACTO DE OBJECTOS SÓLIDOS	
ASSISTÊNCIA	
COBERTURAS COMPLEMENTARES	
DANOS POR ÁGUA	
Inclui:	
Pesquisa de Avarias	
Danos Estéticos	
FENÓMENOS SÍSMICOS	
RISCOS ELÉTRICOS	
BENS REFRIGERADOS	

Notas:

- Objeto do seguro - Seguro específico para edifícios em propriedade horizontal - a cobertura de Incêndio (aquí garantida).
- Bens a segurar - Somente o edifício e seus bens fixos+benefetórias; somente as partes comuns dos edifícios em propriedade horizontal.
- Discriminação e valorização dos bens a segurar - Indicar separadamente: o valor de reconstrução do edifício, o valor de substituição atendendo à idade dos bens, o valor de reconstrução das benfeitorias; o valor de reconstrução dos bens, existe uma cláusula de atualização automática indexada para os bens seguros.
- Atualização do capital - Sem prejuízo de atualizações pontuais, quando houver aumento ou renovação dos bens, existe uma cláusula de atualização automática indexada para os bens seguros.
- Franquias - Apenas nas coberturas de Danos por Água (25% sobre o valor do sinistro, no mínimo de € 250,00) se o edifício tiver mais de 25 anos ou se não tiver sofrido obras de renovação das canalizações nos últimos 25 anos e de Fenómenos Sísmicos (5% sobre o capital seguro).
- Tarifação - A construção (não se enquadram nesta modalidade as construções totalmente combustíveis), idade, meios de segurança, ocupação e localização do edifício são dos fatores que mais influenciam a avaliação do risco e o cálculo do respetivo prémio de seguro.



Um olhar sobre o cooperativismo...

Rogério Cação

Fenacerci - Federação Nacional das Cooperativas de Solidariedade Social

As cooperativas de solidariedade social são uma realidade recente, particularmente quando assumidas no contexto histórico do cooperativismo português, cujo primeiro documento normativo remonta ao já longínquo ano de 1867. De facto, este novo ramo cooperativo viria a ser consagrado na segunda metade dos anos noventa do século passado, no quadro da revisão do Código Cooperativo plasmada na Lei 51/96 de 7 de Setembro. Dois anos depois, no preâmbulo à regulamentação desta nova dimensão cooperativa, podia ler-se que o espírito solidário e a entreatajuda são caros ao movimento cooperativo. São aliás princípios constitutivos da própria noção de cooperativa e integram a declaração sobre a identidade cooperativa adoptada pela Aliança Cooperativa Internacional (Decreto Lei 7/98 de 5 de Janeiro). O décimo segundo ramo cooperativo nascia assim sob a égide dos mais caros valores cooperativos e assumia uma herança de vigor e credibilidade que as cooperativas que mais tinham lutado por esta alteração, as Cercis, detinham, não só por via do reconhecimento político e da opinião pública, mas também da qualidade e comprovada eficácia e inovação associadas ao trabalho que desenvolviam no terreno. Entretanto, e por múltiplas razões, muito coisa mudou e boa parte das expectativas positivas que se alimentavam na altura, deram lugar a problemas e a preocupações que, num futuro próximo, podem pôr em causa a sustentabilidade de muitas nossas cooperativas.

Grande parte dos problemas que hoje se fazem sentir tem a ver com alterações no modelo de financiamento imposto pelo principal cliente destas cooperativas, que é o Estado que, ao invés de pagar efectivamente os serviços prestados considerando a totalidade de custos que neles devem ser considerados, continua a optar por uma lógica subsidiária de financiamento que, porque fica aquém das despesas, acaba por ir provocando o desequilíbrio financeiro das organizações. Se por um lado se exige cada vez mais qualidade, o que obviamente saudamos, embora rejeitando alguns fundamentalismos que contrariam a realidade que somos, a verdade é que os montantes financeiros que o Estado se dispõe a pagar não cobrem o investimento na qualidade que tem vindo a ser assumido pelas nossas cooperativas. Por outro lado, o fim da discriminação fiscal positiva que era concedido às cooperativas imposto em sede de Revisão do Código Contributivo, constituiu-se como mais uma machadada numa situação cada vez mais penalizada pelo aumento galopante de matérias-primas e materiais de consumo. E se esta dimensão financeira é preocupante, não o é menos a dimensão associativa. Há de facto

dificuldade em encontrar gente que assuma o ideário cooperativo como uma aposta de vida e de futuro, o que faz com que existam fenómenos de cristalização de poderes que podem ser contrários à criatividade que está subjacente aos desafios que decorrem dos momentos de crise ou de mudança.

Temos procurado promover uma reflexão séria sobre o futuro das nossas cooperativas, envolvendo dirigentes e profissionais, clientes ou interlocutores sociais e políticos. Acreditamos que o primeiro passo para consolidar o setor cooperativo e as outras famílias da Economia Social tem que ser dado pelos poderes públicos, que terão de reconhecer publicamente e sem as reservas que têm tido, a importância económica, política e social que as cooperativas, as mutualidades e as associações têm para a qualidade de vida dos cidadãos. E depois, deverão legislar em conformidade com essa importância, abrindo caminhos para a dinamização da acção de proximidade através das vias cooperativa e associativa. O segundo sinal terá que vir de dentro da nossa casa, que é como quem diz, das próprias famílias da Economia Social, que terão que apostar no linguagem comum, pondo de lado particularidades, históricas ou outras, em nome de uma ideia colectiva, onde a partilha e a intercooperação sejam as imagens de marca.

Ser cooperativista hoje é um desafio. Aceitar o repto de pôr um conjunto de valores à frente dos interesses individuais, exige alguma dedicação e entrega. O verdadeiro cooperativista é um homem ou mulher de causas, luta por aquilo em que acredita com todas as suas forças, não se importa de se situar em planos desconfortáveis, quando é o coletivo que está em causa. Ser cooperativista hoje é assumir a cidadania pelo lado menos fácil, é, de algum modo, promover a dimensão social que está associada à nossa individualidade.

E quanto a 2012, Ano Internacional das Cooperativas, ficam os votos de que os governos e os cidadãos em geral possam ficar mais despertos para a importância que estas organizações têm, na solução dos problemas económicos e sociais. Se levar mais longe a difusão do ideário cooperativo, se promover o conhecimento das cooperativas nas escolas, se servir de catalisador de processos de disseminação de boas práticas e intercâmbio de experiências, se contribuir para trazer mais gente nova para o cooperativismo, julgamos que terá cumprido a sua missão. Caso contrário, será apenas mais uma evocação, que vale o que vale por aquilo que se faz na altura, mas não muda grande coisa, no que ao Futuro diz respeito.

Em defesa das cooperativas de consumidores e do sector cooperativo



José Luís Cabrita
Secretário-geral Fenacoop



Em Portugal o movimento cooperativo de consumo remonta ao 3º quartel do século XIX.

No passado, as Cooperativas de Consumo eram constituídas e desenvolviam a sua actividade porque os operários, comprando a crédito, estavam reduzidos a consumir todos os produtos avariados que faziam a glória e as fortunas daquele tempo: os vinhos adulterados ou falsificados, o café de grão de bico, a margarina por manteiga, a pimenta de varreduras, aguardentes venenosas, em detrimento da sua saúde e da sua capacidade de trabalho.

Hoje, sendo diferentes os métodos e as causas, os efeitos são similares.

O incentivo ao consumismo, utilizando as mais sofisticadas técnicas e meios, levou a um crescente endividamento das famílias e até do País, muito contribuindo para a grave crise que vivemos.

Por isso, hoje como ontem, é objectivo das Cooperativas de Consumo fornecer alimentos de perfeita qualidade, vindas das melhores regiões de produção e dos produtores que ofereçam maiores garantias de qualidade, a um preço justo.

Em Portugal, estão actualmente em actividade 117 Cooperativas de Consumidores, que desenvolvem a sua actividade de norte a sul do país, incluindo as ilhas: no comércio e na distribuição, incluindo de produtos oriundos do comércio justo e da agricultura biológica; nos seguros e na distribuição de energia eléctrica. Para além da actividade económica, estas Cooperativas desenvolvem uma ampla e diversificada actividade social, especialmente no domínio da formação, informação e defesa dos consumidores.

Nos últimos anos, foi implementado um processo de desenvolvimento e de integração económica que levou à modernização da gestão e das lojas, à fusão de muitas cooperativas e à concentração, na COOPLISBOA, das compras e da logística e também de muitos serviços, num processo de reestruturação, que teve resultados positivos.

De salientar que, todo o processo de modernização, que incluiu o recurso às novas tecnologias, foi implementado mantendo e criando emprego estável e com direitos.

O investimento realizado não contou com apoios públicos, nacionais ou comunitários, pois a vária legislação regulamentadora destes não tem tido em conta a especificidade das Cooperativas, que são organizações de pessoas e não de capitais, pelo que, ele assentou, fundamentalmente, em fundos próprios e no recurso a crédito de curto prazo.

Os esforços desenvolvidos pelas Cooperativas de Consumidores, para se reorganizarem e modernizarem, está posto em causa, nomeadamente porque, com a crise ou a pretexto desta, a Banca reduziu, bruscamente, os plafonds de crédito que, durante anos, concedeu, e as seguradoras reduziram os montantes dos seguros de crédito aos Fornecedores.

As propostas que feitas ao anterior Governo e aos Bancos desde 2009 só muito parcialmente foram entendidas e aceites, o que impediu uma solução efectiva.

Entretanto corre em tribunal o pedido de insolvência da COOPLISBOA, da PLURICOOP e da COOPRIBATEJO. Entendemos estes pedidos como o início de uma nova fase na vida das cooperativas de consumo.

Foram elaborados e estão a ser apresentados planos de viabilização para estas 3 Cooperativas em que o Estado, os Bancos, os Fornecedores e os Trabalhadores são chamados a comprometer-se, implicando uma reestruturação financeira, económica e organizativa das entidades envolvidas.

É necessário que o actual Governo cumpra os compromissos já assumidos pelo anterior e tenha uma maior dinâmica na procura e participação nas soluções que viabilizem as Cooperativas de Consumo que atravessam sérias dificuldades e todo o Sector Cooperativo.

No mundo, são múltiplos os exemplos do importante papel que as Cooperativas estão desempenhando na manutenção e criação de emprego, sendo evidente o destacado papel que desempenham nos países que mais facilmente estão a ultrapassar as dificuldades originadas pela crise.

Por isso, acreditamos que a existência em Portugal de um Sector Cooperativo forte e dinâmico poderá dar um valioso contributo para a resolução da crise, continuando a desenvolver a sua actividade em prol das populações.

Acreditamos que as cooperativas de consumo são viáveis e necessárias e continuarão a prestar serviços relevantes aos Consumidores, serão aliadas importantes do Estado e dos Produtores Portugueses e manterão uma política de recursos humanos onde os Trabalhadores serão respeitados e parceiros.

Cooperativas de Habitação

Uma oportunidade para a crise...

É sobejamente conhecido o papel histórico do movimento cooperativo habitacional (MCH) e a importância decisiva do sector, no pós 25 de Abril, na satisfação de carências habitacionais de uma larga franja populacional de baixos e médios recursos económicos, cuja acção abrangeu perto de 200 000 famílias



Guilherme Vilaverde
Presidente da Fenache



Foi um percurso de sucesso que envolveu milhares de jovens dirigentes e técnicos na formação de cooperativas de habitação de norte a sul do País, e inúmeras autarquias municipais que tiveram papel preponderante no incentivo e fomento deste tipo de organizações populares, a par do decisivo papel do Estado ao nível do apoio técnico e financeiro.

Em 1980, já com cerca de 250 cooperativas constituídas e 6 UNIÕES de representação regional é fundada a Federação Nacional do sector (FENACHE), estrutura que, progressivamente, se afirmou responsável pela promoção, representação e defesa da habitação cooperativa e do cooperativismo e da economia social em geral, nos últimos 30 anos.

Contemplar o caminho percorrido, promover uma objectiva avaliação do trabalho realizado e do impacto que tiveram (e têm ainda hoje) as actividades e as realizações das cooperativas de habitação no tecido social em que se inserem, leva-nos à conclusão de que o MCH foi, mais do que a solução para um tecto condigno, uma eficiente resposta alargada para uma nova vida social em espaços residenciais modernos e humanizados. Na verdade, a par das casas feitas à medida das necessidades, desejos e capacidades de cada família, nasceram de igual forma e preponderância as ruas, os passeios, os jardins e os adequados espaços públicos nos bairros, assim como uma importante rede de equipamentos sociais para satisfação de diversas necessidades.

As boas práticas cooperativas neste domínio, tiveram o condão de introduzir uma autêntica "revolução" na forma de planear, projectar, executar e organizar a gestão dos espaços edificados através da participação dos próprios interessados em todo o processo, modelo que assegurou uma genuína transforma-

ção de mentalidades de que todos sentiam poder beneficiar. Pena foi, porém, que ao invés do que seria de esperar, as cooperativas não tivessem continuado a usufruir, ao longo do tempo percorrido, de condições de apoio e de financiamento por parte do Estado que lhe permitissem assegurar o seu contínuo desenvolvimento e plena afirmação social como parceiras da administração local e central em matéria de política social da habitação.

Na actualidade, na presente situação de crise financeira, económica e social em que estamos mergulhados, é o sector da habitação um dos que mais padece com os intensos constrangimentos de uma adversa conjuntura que, se por um lado defronta um elevado e diversificado excesso de oferta, contempla por outro e ainda um enorme deficit de respostas do alojamento para os incapazes de corresponder às exigências dos custos do mercado.

É assim que, para o MCH, a oportunidade e os desafios da presente conjuntura passem pela criação de instrumentos de política que revigorem a intervenção das cooperativas do sector na resposta às novas necessidades de alojamento e na qualificação do património edificado, esta seguramente a maior prioridade do momento para o nosso País.

O papel das nossas cooperativas habitacionais nos tempos que correm, e a oportunidade que representa para todo o movimento cooperativo internacional a proclamação, pela ONU, de 2012 como o ANO INTERNACIONAL DAS COOPERATIVAS trazem-nos, por certo, a esperança de que valerá a pena lutar por uma maior intervenção e afirmação do sector na superação das debilidades resultantes da globalização desumana para que caminhou a humanidade.

As cooperativas na proposta de Orçamento de Estado de 2012*

António Zózimo
Revisor oficial de contas, ex. Director Financeiro da Mútua dos Pescadores
sroc.azozimo@net.novis.pt



A proposta de Orçamento de Estado para 2012 contém aspetos que podem ser muito gravosos para as cooperativas. Desde logo porque se propõe revogar o Estatuto Fiscal Cooperativo, substituindo-o pelo artigo 66º-A Cooperativas, a incluir no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

A perda do Estatuto Fiscal Cooperativo, regime autónomo e especial face ao regime fiscal geral, não deixará de ter consequências futuras, ainda difíceis de avaliar, nomeadamente no vedar da discriminação negativa e na previsão da discriminação positiva, isto é, tratamento fiscal de apoio e incentivo ao setor cooperativo. Poderá dizer-se que são princípios gerais que já tinham reduzido impacto prático, mas são um caminho de desconsideração das especificidades das cooperativas, que têm o apoio da Constituição, artigo 85.º "O Estado estimula e apoia a criação e a actividade de cooperativas".

As taxas de IRC das cooperativas não isentas aumentam de 20% para 25%. O ensino particular e cooperativo fica de fora da crise, pois mantém a taxa de 20% ao mesmo tempo que aumenta de 80 mil para 85 mil, por turma, o apoio estatal.

Mas temos coisas que podem ser bem mais gravosas para algumas cooperativas e para a própria CASES, Cooperativa

António Sérgio para a Economia Social, que substitui o Instituto António Sérgio:

- Coloca-se a questão de saber se as régies cooperativas, como a CASES, estão ou não abrangidas pelo artigo 66.º A, pois no código cooperativo são entidades que não se confundem com cooperativas de grau superior, embora o sejam, e o referido artigo não refere às régies.
- Será que as cooperativas perdem a isenção em IRC, sobre os apoios e subsídios financeiros atribuídos pelo Estado, às cooperativas de primeiro grau, de grau superior ou às régies cooperativas como compensação pelo exercício de funções de interesse e utilidade públicas. Então só se manterá a isenção para as IPSS na forma cooperativa e nas cooperativas que forem declaradas de utilidade pública administrativa?
- As quotas pagas por cooperativas associadas a cooperativas de grau superior, isentas na lei atual, não constam das isenções;
- As isenções de IMI e IMT passam a depender de decisão das Assembleias Municipais. Até agora eram automáticas, salvo decisão em contrário;
- Desaparece o crédito fiscal cooperativo (20% investido no imobilizado) e 20% dos montantes que ultrapassem a reserva legal;
- Desaparece a majoração em 20% das despesas de educação e formação cooperativa, para efeitos de IRC das cooperativas não isentas.

No que toca às cooperativas isentas (isenção subjetiva) o que mais choca é que as cooperativas culturais e as cooperativas de consumo deixam de estar isentas de IRC.

Em relação às atividades culturais (e recreativas e desportivas) mantêm a isenção se exercidas por associações constituídas para o efeito. E se forem cooperativas culturais? Não têm isenção?

Em relação às cooperativas de consumo não parece haver nenhum mecanismo de isenção previsto no orçamento para 2012, o que não se consegue compreender!

Refira-se, ainda, que a dedução à coleta dos juros de dívidas para aquisição de imóveis às cooperativas de habitação só se mantém nos contratos celebrados até 31 de Dezembro de 2011! O Estado baixa a percentagem de dedução de 30% para 15% "ganha" com isto o máximo de 591€!

Por fim tem de ser assinalado que a proposta de orçamento choca com a Lei de Bases da Economia Social, cujo projeto foi aprovado na generalidade para discussão em Comissão Parlamentar. No seu artigo 11.º os deputados do PSD, que a elaboraram, têm a previsão de estatuto fiscal específico para as entidades, incluindo cooperativas, que pretende abranger mas, como vimos, o atual Estatuto Fiscal Cooperativo é inteiramente revogado. Não se entende!

.....
**Este artigo lucrou com a análise detalhada que Ricardo Pena, Consultor na área financeira e Director da Pluricoop, efetuou ao Estatuto Fiscal Cooperativo em confronto com a proposta do Orçamento para 2012. No entanto, deve ficar claro que o teor deste artigo é de minha inteira responsabilidade.*

**Este artigo segue as regras do acordo ortográfico*

A cooperativa enquanto entidade sem fim lucrativo

Deolinda Aparício Meira
Jurista



O art. 2.º do Código Cooperativo consagra o escopo não lucrativo das cooperativas, uma vez que a título principal, a cooperativa visa «a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais» dos seus membros, que são os destinatários principais das atividades económicas e sociais que esta leva a cabo. É o chamado escopo mutualístico das cooperativas.

Neste contexto, na cooperativa, os excedentes anuais resultantes das operações desta com os cooperadores não são verdadeiros lucros, mas significam um valor provisoriamente pago a mais pelos cooperadores à cooperativa ou pago a menos pela cooperativa aos cooperadores. O retorno, entendido como o instrumento técnico de atribuição ao cooperador do excedente, funciona, assim, como uma correção a posteriori, através da qual se devolverá, a quem formou o excedente, a diferença entre o preço praticado e o custo, ou a diferença entre as receitas líquidas e os adiantamentos laborais pagos, diferença esta determinada com exatidão no final de cada exercício.

Torna-se assim claro que o excedente não é lucro e que o retorno de excedentes não é um dividendo.

Assim, enquanto que os dividendos são uma parte dos lucros sociais que se distribuem entre os sócios, os retornos não são lucros sociais distribuíveis, mas excedentes, isto é, vantagens mutualistas geradas pela gestão cooperativa, diretamente a favor dos cooperadores.

Nas sociedades comerciais, os dividendos distribuem-se entre

os sócios na proporção da participação de cada um no capital social (art. 22.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais). Na cooperativa, o excedente que cada cooperador gerou foi consequência da atividade que desenvolveu com a cooperativa, pelo que a cada cooperador corresponderá um retorno, proporcional também a essa atividade (arts. 3.º e 73.º, n.º 1, do Código Cooperativo).

Nas sociedades comerciais, os lucros são obtidos no mercado, nas transações com os clientes, fora do universo dos sócios. Ora, nas cooperativas, os excedentes são gerados à custa dos próprios cooperadores.

Na cooperativa, também não poderemos falar de lucros finais ou de liquidação, como nas sociedades comerciais, porque uma parte do património correspondente à reserva legal, à reserva para a educação e formação cooperativas, e mesmo o correspondente às reservas não obrigatórias (estas últimas, na hipótese de os estatutos serem omissos quanto ao seu reembolso, em caso de liquidação da cooperativa), nunca poderão ser apropriados individualmente, em caso de dissolução da cooperativa (art. 79.º do Código Cooperativo).

Refira-se, finalmente, que os benefícios provenientes de operações com terceiros não podem retornar aos cooperadores (art. 72.º do Código Cooperativo), dado que estes são juridicamente encarados como lucros e não como verdadeiros excedentes cooperativos, uma vez que não foram realizados no âmbito de uma atividade mutualista.

Vamos falar de Economia Social



"O que quero ver é o membro da cooperativa de consumo a poder utilizar o hospital da misericórdia, o mutualista a poder adquirir a preços mais em conta os factores de produção fornecidos na cooperativa agrícola, a mutualidade ou a mútua de seguro a penetrar na clientela cooperativa e associativa local porque essa clientela interiorizou as vantagens de fazer parte da economia social, todos a utilizarem a cooperativa de crédito ou o banco mutualista. Quero ver serviços partilhados entre as organizações de economia social, quero ver sinergias e dinamismo, liderança pela economia social. Quero ver os jovens a não trocar vilas e aldeias pelas grandes cidades, apostando no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida que os seus locais de nascimento lhes poderão proporcionar. Quero transformar o sector escondido, temeroso, sombrio, em realidade viçosa, descomplexada, participada. E quero que o meu sonho possa ser o sonho de muitos mais..."
(João Salazar Leite, Marés #61, Fevereiro de 2011)

Marta Pita
marta.pita@mutuapescadores.pt



CONFERÊNCIAS DE ECONOMIA SOCIAL**

Foi para "Conhecer o Presente. Confiar no Futuro" que a CA-SES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, organizou um conjunto de Conferências de Economia Social que decorreram em Lisboa, na semana de 12 a 16 de Setembro de 2011.

As Conferências foram abertas pelo Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa,

que teve neste dia a sua estreia em iniciativas da ES, e encerradas pelo Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares.

Participaram dirigentes das organizações de Economia Social (ES) portuguesas, e internacionais de que se destacam Jordi Estivill, Economista e Sociólogo, José Luís Monzon Campos, Presidente Executivo do CIRIEC-Espanha e Roberto Rodrigues, ex. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimen-



to do governo de Lula da Silva, entre Janeiro de 2003 a Junho de 2006.

A voz do poder político

Na abertura das Conferências foram anunciadas as principais linhas de intervenção do Governo na área da ES. Uma clara aposta nas áreas da solidariedade social e da criação das empresas sociais, empresas que mesmo que à partida não pertençam ao universo destas organizações, prestam serviços sociais, de apoio aos mais carenciados. Estas empresas sociais deverão "garantir o cumprimento das regras

da concorrência nos mercados onde se desenvolvem as suas actividades" e contribuir para o refinanciamento das actividades de carácter social que desenvolvem. No seu conjunto as entidades da economia social, terão um importante contributo para uma "sociedade mais justa e acima de tudo mais solidária".

À volta dos conceitos...

As Conferências lançaram uma reflexão teórica sobre o conceito de ES, para depois se focarem nas práticas das organizações e do seu enquadramento legal, político e institucional. Passaremos aqui em revista alguns dos painéis e principais enfoques, optando por dar relevo às estruturas representativas da ES que marcaram presença, e ao enquadramento legal e político destas organizações, seus desafios e dificuldades. Não obstante as diversas abordagens que existem sobre o conceito de ES a abordagem mais consensual abarca todas as organizações, desde as misericórdias, que se encaixariam no modelo "americano", que enfatiza o conceito de não lucratividade, de carácter mais assistencialista, e as cooperativas, que se encaixariam no modelo "europeu", que enfatiza o conceito de empresa. Uma abordagem alternativa, plural e inclusiva, com enfoque na missão social das organizações de ES e fundada nas características económicas específicas destas organizações: a natureza dos bens e serviços que produzem em benefício dos seus membros e/ou comunidade, e a propriedade dos meios de produção.

Falam as organizações de cúpula do sector cooperativo e social

Do terreno das organizações de cúpula da ES (com assento na CASES) vieram as práticas, as dificuldades, as oportunidades e os desafios do presente e do futuro.

As **Organizações de Desenvolvimento Local** (ANIMAR) encaram o desenvolvimento local e regional como um "processo de mudança que implica a satisfação de necessidades de uma comunidade local, a partir das capacidades e recursos dessa comunidade, da sua participação activa e segundo uma lógica de parceria de respostas integradas."

As **Instituições Particulares de Solidariedade Social** (CNIS) reivindicam um novo estatuto perante o Estado, que garanta a sua autonomia. Para além de "meras prestadoras de serviços" "apenas e só quando interessa ou dá jeito ao

Estado", procuram o estabelecimento de parcerias para a prestação desses serviços. "Inovação, Qualidade e Empreendedorismo, são pilares fundamentais para a criação de novas políticas sociais, que garantam um verdadeiro Estado Social e não apenas um Estado com algumas políticas sociais".

As **Cooperativas Agrícolas** (CONFAGRI) reivindicam o seu lugar na produção e distribuição de bens de consumo essenciais. A realidade é esmagadora: os 5 maiores retalhistas concentram 64% da distribuição alimentar e os preços na produção não cobrem os custos. No sentido inverso, estas cooperativas são estruturantes para a economia: criam emprego e dão condições para a fixação das populações rurais. Revertem o valor acrescentado dos seus produtos para o produtor, atenuam os desequilíbrios face aos fornecedores de factores de produção e às cadeias de distribuição, acompanham o ciclo produtivo, e garantem a estabilidade e a transparência no estabelecimento dos preços.

As **Cooperativas de Consumo, Solidariedade Social e Habitação** (CONFECOOP) trouxeram sobretudo preocupações de ordem política e organizacional. Num momento em que são conhecidas as dificuldades por que passam sobretudo os sectores da habitação e consumo, é necessário alimentar uma cultura de intercooperação e continuar a promover o modelo cooperativo, que tem o objectivo de servir as pessoas em detrimento do lucro, enraizado nas comunidades, e actor indispensável da promoção do desenvolvimento local e sustentável. Ao nível legislativo continuar a reivindicar por um quadro legal e fiscal para as cooperativas, adequado à sua natureza e aos serviços que prestam à comunidade.

A **União das Mutualidades** (UMP - MUTUALIDADES) por seu lado traz consigo um movimento associativo, de instituições de solidariedade social privadas, cuja doutrina se caracteriza pelas práticas de acções solidárias e de protecção social, tendo a ideologia base do Mutualismo - liberdade, democraticidade, independência e solidariedade - como princípios destas práticas, no sentido da realização dos ideais de cidadania.

A **União das Misericórdias** (UMP - MISERICÓRDIAS), obedecendo à doutrina da Igreja Católica, revela uma forte apreensão em relação aos tempos de dificuldade que vivemos, e reclama um mundo mais justo e solidário, centrando a sua actividade no apoio às Misericórdias e às suas opções e prioridades nas áreas do envelhecimento, saúde, na infância e juventude, no combate à pobreza e na defesa e salvaguarda da sua cultura e património.

Fora das estruturas de representação oficial marcou presença a **Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto** (CPCCRD), fiel depositária de todo o património da extinta Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, com mais de 80 anos de história, baseando a sua actividade no reconhecimento e valorização do movimento associativo popular. Reivindica o seu lugar na CASES e nas estruturas representativas do sector da ES. A **Economia da Comunhão**, com raízes culturais no Brasil (lançada por Chiara Lubich em 1991) foi uma novidade nesta conferência, espelhando a multiplicidade de abordagens em torno da ES. Trata-se de uma abordagem de cariz cristã, que coloca os lucros gerados pelas empresas ao serviço do apoio às pessoas que estão em dificuldade, criando novos postos de trabalho e desenvolver a empresa, que deve permanecer eficiente e competitiva.

Novos e velhos enquadramentos jurídicos - o que deve mudar?

Num momento em que já é do conhecimento público a proposta de lei do Governo para uma Lei de Bases da Economia Social (Projecto de Lei nº68/XII), as questões levantadas nes-

tas Conferências são ainda mais prementes, bem como todas as recomendações trazidas para a construção de um edifício legal sólido que contemple de forma clara todas as famílias da ES, sem detrimento das suas especificidades. A Lei de Bases terá que salvaguardar a fragilidade estrutural destas organizações, que são por natureza, subalternas à lógica capitalista dominante. A sua redacção terá que ser concordante com os limites materiais da Constituição Portuguesa que impede qualquer alteração ao artigo 82.º que define os três sectores de propriedade dos meios de produção – público, privado e cooperativo e social, bem como, de um modo geral, respeitar todas as protecções que já existem, que não deverão ser postas em causa, sob pena de se perder identidade – plural da ES. Do lado das questões contabilísticas e fiscais foi deixado o alerta acerca das alterações ao dec. Lei 36-A/2011, que aprovou o regime específico para as entidades de ES, mas que no entanto excluiu as cooperativas, à revelia das normativas europeias e das necessidades deste sector.

É entendimento geral que é também necessária uma reforma legislativa do sector que contemple realidades que estão a ganhar peso na ES, como são as práticas de responsabilidade social das empresas que vão para além do mecenato ou filantropia, procurando envolver-se em projectos com impacto social. Neste campo surge a figura do “empreendedor social”, que investe em projectos desenvolvidos pelas organizações de ES, e a necessidade de enquadrar a sua actividade à luz dos novos quadros legais.

A questão do financiamento é o calcanhar de Aquiles para muitas destas organizações, sobretudo de solidariedade social, e o micro crédito aparece como uma condição basilar para este financiamento. No entanto, as dificuldades no acesso ao crédito inibem esta possibilidade, quer pelo montante em causa, que é baixo tendo em conta as necessidades reais do sector, e os juros que são demasiado elevados para a capacidade das organizações, de natureza não lucrativa. Por outro lado, o Estado também não intervém neste processo o que deixa as entidades ainda mais frágeis. De destacar aqui a realidade açoreana, já que o Governo regional assumiu este projecto com outra lógica, suportando ele os juros a pagar aos bancos, e a partilha de risco com as instituições de

crédito em caso de insolvência. Não obstante, em nenhum dos regimes actualmente em vigor se verifica um especial incentivo à constituição de organizações de ES, mas tão só de empresas/sociedades comerciais.



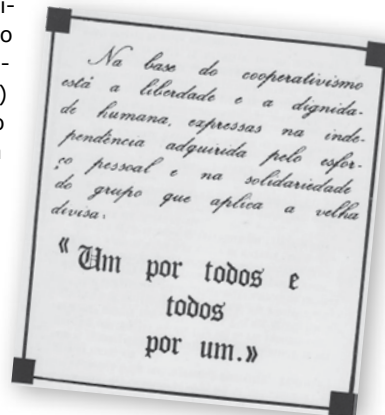
Encerramento das conferências – regresso ao poder político

Na mesma linha da intervenção inicial, o Ministro da Solidariedade e da Segurança Social reafirmou a importância da ES e o seu papel fundamental no combate aos efeitos da crise. Entre outros aspectos salientou o facto de esta integrar pessoas idosas e com deficiência, que estão normalmente fora do mercado de trabalho, e cria postos de trabalho que não se deslocalizam. Por fim, e porque o facto de estas organizações não terem fins lucrativos não poder alheá-las das exigências de rigor de gestão, o Ministro anunciou o lançamento do programa para a formação (POPH) de dirigentes das organizações de ES.

JORNADAS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A Academia desce ao terreno das organizações da Economia Social...

Num outro formato mas também com o objectivo de dar visibilidade à Economia Social, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 13 de Outubro, foi o palco para a apresentação dos resultados preliminares do projecto Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação, promovido pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP), o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES - IUL) e a A3S – Associação para o Empreendedorismo Social e a Sustentabilidade do Terceiro Sector, que conta com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A iniciativa contou com uma vasta audiência constituída por pessoas da ES, seus dirigentes e trabalhadores.



O Projecto

O projecto partiu do conceito de Empreendedorismo Social**, e da identificação dos vários actores com intervenção neste campo – as organizações de Economia Social (ES), o sector público e o sector privado – para cumprir três objectivos: elaborar, a partir da análise da realidade nacional, uma reflexão teórica sobre o conceito; analisar as estruturas e as práticas neste campo em três dimensões - político-institucional, organizacional e na educação/formação; e por fim propor recomendações ao nível das orientações de políticas públicas, de modelos organizacionais e gestionários e de práticas educativas e formativas.

A par da metodologia clássica da investigação académica, o projecto recorreu à investigação acção-participativa, integrando os diversos actores do terreno da ES como parceiros da investigação até ao momento da validação dos resultados. Os resultados preliminares apresentados reflectem já parte desse trabalho, que teve como base entrevistas realizadas aos vários intervenientes, e traduzem, de uma forma geral, o sentimento do sector.

Realçam-se aqui algumas das questões que foram levantadas e que estiveram em debate:

- A força da ES reside na identificação das suas organizações com as comunidades onde estão implantadas, não apenas porque emergem das comunidades mas também pelos serviços que lhes prestam, respondendo às suas necessidades;
- Esta força está muito enraizada culturalmente, nas práticas que ainda subsistem, redes informais de apoio, de vizinhança, que estão elas mesmas no ADN da ES;
- Por outro lado, a sua maior fraqueza reside no facto de trabalharem isoladamente;
- A separação entre os órgãos dirigentes (voluntários) e os técnicos das organizações é encarado como um factor de inibição de maior eficácia na gestão destas organizações, já que impede a convergência de modos diferentes de olhar e experienciar as organizações, e inibe uma maior participação democrática nos processos de decisão;
- Constatou-se também uma fraca ligação com organizações de formação/educação;
- As ligações com o Estado continuam a ser dominantes, não numa lógica assistencialista, mas entendido como um dos principais “clientes” destas organizações, no fornecimento de

serviços de qualidade de resposta às necessidades das comunidades;

- A importância da auto-sustentabilidade das organizações é uma tônica dominante;
- A uma lógica assistencialista do serviço à comunidade as organizações reivindicam o seu espaço próprio, de prestadoras de serviços de qualidade às comunidades que deles necessitam;
- O contexto de crise que se vive aparece como uma oportunidade da ES se afirmar como o modelo organizacional sustentável por excelência.

Oportunidades e estrangulamentos legais e políticos

O projecto associou-se também à 5ª Edição do Mês do 3º Sector, uma iniciativa que decorre desde 2007, organizada pelo ISFLUP e pela A3S, e juntou à iniciativa uma mesa redonda para discussão dos "Desafios legais e políticos da economia social", convidando Eduardo Graça, Presidente da CASES, Delinda Meira, Jurista e investigadora do ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, e Margarida Couto, da empresa de advogados Vieira de Almeida & Associados, com experiência no terreno da ES.

A necessidade de uma reforma legislativa foi o principal aspecto abordado. Num primeiro momento apontou-se a necessidade de revisão do código cooperativo de 1997, que deverá passar a incorporar, entre outros aspectos, o regime de responsabilidade dos dirigentes e gestores, e concentrar os vários aspectos do regime económico das cooperativas – legislação sobre os ramos cooperativos, normas contabilísticas, benefícios fiscais, etc. – num mesmo diploma. Os regimes das IPSS's, Mutualidades, Misericórdias, e Associações necessitam também de ser clarificados na medida em que se sobrepõem muitas vezes uns aos outros, como por exemplo o regime das CERCIs que está disperso em dois diplomas, o Código Cooperativo e o Decreto-Lei nº 7/98, de 15 de Janeiro que regula a actividade destas cooperativas.

Conhecendo-se os enfoques legais que estão consagrados sobretudo às penalizações que infringem as organizações, propõe-se uma outra abordagem, que traga para os diplomas legais um regime de responsabilidade dos órgãos de gestão das organizações, tornando mais transparentes as práticas de boa governança que devem sustentar estas organizações. Pede-se então ao legislador que ao invés de apenas penalizar, instrua as boas práticas, à luz da realidade concreta das organizações, e que se monitorize o comportamento das organizações à luz dessas boas práticas.

A Lei de Bases para a Economia Social e os articulados que posteriormente irão concretizar na prática as suas orientações, oferece-se como uma oportunidade para rever todos estes constrangimentos e definir, de uma vez por todas, as fronteiras tantas vezes pantanosas deste universo, onde por vezes se tentam encaixar entidades que estão na sua natureza muito afastadas dos princípios por que se regem as organizações da ES, e da identidade que as distingue, e que quer continuar a distinguir, dos outros modelos económicos e sociais. A integração das "Empresas Sociais" no universo da ES foi um dos pontos mais polémicos abordados.

Parafraseando Eduardo Graça, a Economia Social não é seguramente o terceiro sector da economia.

.....
*** Empreendedorismo Social: Independentemente das várias abordagens conceptuais e políticas que este conceito possa assumir – ver no site do projecto: <http://www.empsoc.net/> os pressupostos teóricos da investigação – o projecto entende-o como "um dos sustentáculos de um novo modelo de desenvolvimento", "associado à reemergência das temáticas da ES" (ver site).*

***NOTA: O programa das Conferências e as apresentações podem ser consultadas no site da CASES – www.cases.pt*

A Mútua e a Economia Social no Algarve

No quadro dos objectivos definidos, têm vindo a ser estabelecidos contactos com diversas Entidades da Economia Social da Região.

A identidade de objectivos, tendo em conta o facto de a Mútua se ter transformado numa cooperativa de utentes de seguros, facilita os contactos e cria uma situação de proximidade, francamente positivas.

Os contactos têm-se revelado bastante produtivos, tendo já diversas Instituições transferido os seus seguros através do Grupo, Seguros Mútua/Ponto Seguro.

Assim, transferiram já, ou estão em processo mudança de carteiras, as seguintes Entidades que desenvolvem actividades sem fins lucrativos:

- COOPOFA – Cooperativa de Consumo de Faro
- COOPTAR – Cooperativa dos Trabalhadores da Construção Civil de Olhão
- A COMPETIDORA – Cooperativa de Consumo de Silves
- CRACEP – Cooperativa Reeducação e Apoio à Criança Excepcional de Portimão
- ASSOCIAÇÃO ANCORA – Centro Comunitário de Santa Luzia
- Associação Humanitária de Nadadores-Salvadores de Faro
- CRUZ VERMELHA – Núcleo de Moncarapacho
- ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola
- CIMAV – Clube Internacional da Marina de Vilamoura
- VIVMAR – Associação de Viveiristas da Ria Formosa
- QUARPESCA – Associação de Armadores-Pescadores de Quarteira
- Associação Recreativa dos Artistas de Faro
- Associação de Moradores da Ilha da Culatra
- Associação dos Pescadores Profissionais de Albufeira
- Barlapescas – CRL
- Associação dos Pescadores Profissionais de Alvor
- Casa do Povo do Concelho de Olhão
- Casa do Povo de São Bartolomeu de Messines
- Grupo Naval de Portimão
- Clube de Vela de Lagos

Várias outras situações estão em aberto e perspectivam-se novas aproximações.



José Castanheira e Vasco Pinheiro
jose.castanheira@mutuapescadores.pt
vasco.pinheiro@mutuapescadores.pt



Fotos (da esquerda para a direita):

Coopofa – fotografia da creche da Cooperativa em: <http://www.consumo-pt.coop/cooppofa/index.php>

Âncora – fotografia de quadro doado à Associação por Nono Carapinha em <http://projectoancora.blogs.sapo.pt/>

Vivmar – fotografia retirada de: <http://vivmar.no.sapo.pt/>

A Marés introduz a partir desta edição um espaço de opinião, com artigos da responsabilidade dos seus autores, sobre assuntos que estão na ordem do dia, de natureza económica, política, social, cultural ou ambiental, das mais variadas áreas de actividade. A Marés reserva-se no direito de seleccionar os mesmos. Neste número contamos com dois artigos – sobre o Orçamento de Estado 2012 e sobre a Política Comum de Pescas.

Com o Orçamento de Estado para 2012 vamos ficar pior!

António Zózimo

Revisor oficial de contas, ex. Director Financeiro da Mútua dos Pescadores
sroc.azozimo@net.novis.pt

1. Os que vivem do seu trabalho, os pequenos empresários e os pensionistas, tiveram um mau ano de 2011. Os impostos aumentaram, as deduções fiscais diminuíram, o subsídio de desemprego diminuiu e o número de desempregados aumentou.

Por via do aumento do IVA as despesas mensais das famílias aumentaram cerca de 4% em 2011 e voltarão a aumentar 3% em 2012, também pelo aumento do IVA. Veja-se o jornal Público de 19 de Outubro. No próximo ano, as deduções fiscais das despesas com a saúde e a educação vão diminuir ainda mais, aos trabalhadores em funções públicas e nos institutos e empresas do Estado e aos pensionistas (públicos e privados) será retirada parte ou a totalidade dos subsídios de Natal e de Férias. Os trabalhadores das empresas privadas poderão ter de trabalhar mais meia hora por dia, sem remuneração.



2. Vamos ficar pior, mas não todos: Ainda segundo o Público de 18 de Outubro, 6 259 milhões de euros vai ser a conta das famílias que perdem 5% com novo orçamento, 3 255 milhões resultarão de cortes nas despesas de Estado, autarquias e empresas públicas e municipais e por fim 655 milhões será a contribuição das empresas com mais impostos e redução de deduções e benefícios fiscais.

André Freire, político, professor no ISCTE-IUL, no mesmo jornal a 17 de Outubro, anota dois exemplos da agenda ideológica do governo: "Primeiro, apesar de cortarem na educação pública o triplo do previsto, acabam de aumentar o financiamento do ensino privado de 80 mil para 85 mil euros por turma. Segundo, apesar de outros custos, como os da energia, terem tanto ou mais peso na estrutura de custos das empresas do que os do trabalho, preferiram aumentar o horário de trabalho e simultaneamente aumentar brutalmente os custos com a electricidade (IVA de 6 para 23 por cento) apesar dos efeitos contraditórios e recessivos disto e de o secretário de Estado da Energia ter proposto que tal fosse coberto pela EDP (...)".

Tudo em nome da redução do défice. Entalado entre o acordo de resgate financeiro e a sua ideologia, o governo não tem soluções para além daquelas que já se sabe que não vão dar resultado, pois os seus efeitos de recessão económica não nos permite produzir mais para pagar os financiamentos.

3. O setor financeiro grande responsável da crise que nasce nos Estados Unidos e se espalha depois por todo o mundo com o seu cortejo de misérias, continua a cavalgar a onda da crise e não tem nenhuma contribuição para a sua solução. Pelo contrário será ajudado, lutando agora para que essa ajuda seja um "donativo" sem qualquer constrangimento, como seria a entrada do Estado no seu capital enquanto durar as suas necessidades de capital. Não admira que assim seja, pois os Estados deixaram-se capturar pelo setor financeiro quando nos anos 90's aceitaram desregular a atividade, permitiram a alavancagem sem limites, a mistura entre actividades de banca comercial e de banca de investimento (proibidas desde a grande recessão de 1929!), os derivados especulativos e a titularização.

A força da finança permite-lhe ficar sempre a ganhar, pois conseguem socializar os prejuízos (porque serão pagos pelos contribuintes e não pelos acionistas) e privatizar os lucros (como a elevada taxa de juro que obtêm ao comprar dívida pública, baixando o seu preço).

4. Muita gente clama contra isto: João Rodrigues, economista e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, escreve no Público de 18 de Outubro, "Com este orçamento, todos saberão o que são as "gorduras" do Estado: Salários, pensões e bens sociais, da saúde à educação amputados;

a vida de tantas famílias injustamente fragilizada. A acentuação da quebra da actividade económica que se segue transforma a recessão prevista em depressão inevitável e aumenta ainda mais o desemprego.”

José Pacheco Pereira, que assina como historiador mas é também deputado do PSD, escreve no Público de 15 de Outubro, “(...) daqui não resultará qualquer estado mais virtuoso na sua magreza, nem nenhum país mais competitivo, nem um Portugal melhor. Sairá um país mais pobre, exausto, mais dependente,

menos culto, menos qualificado, com maiores diferenças sociais, mais zangado e mais violento, e, muito provavelmente, com menos liberdades.”

Mas o governo não tem alternativa: A ideologia, o facilitismo e a falta de preparação para governar, a falta dum pensamento estruturado sobre as causas da crise, a Europa e a necessidade de renegociar o programa com a troika deixam-no entalado, titubeante, forte com os fracos e fraco com os fortes.

** Este artigo respeita as regras do novo acordo ortográfico*

Política Comum de Pescas

Associação de Armadores e Pescadores do Porto de Vila Real de Santo António



(porque os problemas de um segmento da pesca numa região do Mediterrâneo não serão certamente os problemas da pesca numa região ultraperiférica de Portugal).

- É importante também a atribuição de subsídio de gasolina e gásóleo “para diminuir os custos de produção e obter impactos positivos”, uma vez que os barcos da pequena pesca utilizam gasolina não subsidiada, porque o anterior governo remetia para a conversão dos motores GTL, solução que não agrada aos pescadores, quer por não dar garantia de potência quer pela incipiente rede de distribuição deste combustível. Também no plano nacional e regional consideramos importante o licenciamento da pesca por arte de emalhar de um pano aos pescadores da pesca artesanal, principalmente de Monte Gordo e de Vila Real de Santo António.

Algumas notas sobre a PCP

A PCP tem por objectivos a a exploração sustentável dos recursos vivos marinhos de um ponto de vista biológico, ambiental e económico: protecção das unidades populacionais contra a pesca excessiva, garantia de rendimentos para armadores e pescadores, abastecimento regular dos consumidores e da indústria transformadora a preços razoáveis (http://eur-lex.europa.eu/pt/dossier/dossier_40.htm)

A última proposta de reforma da PCP (incluindo a OCM – Organização Comum de Mercados) foi apresentada pela Comissária Europeia Maria Damanaki, a 13 de Julho e prevê “alcançar níveis de stocks de pescado sustentáveis até 2015”, um objectivo no mínimo ambicioso se não inalcançável. Esta proposta não reflecte as preocupações e propostas dos representantes do sector e das ONGs do ambiente e do desenvolvimento, manifestadas durante o período de discussão pública, e tem sofrido fortes críticas por se centrar numa visão de sustentabilidade ambiental, desvalorizando as vertentes sociais e económicas, por não salvaguardar o futuro da pesca costeira e local e por não apostar numa gestão partilhada e de proximidade.

É particularmente criticada a institucionalização das ITQs (Quotas Individuais Transferíveis), solução que conduz à concentração da frota e das oportunidades de pesca. Num país como Portugal, onde as embarcações com menos de 9 metros representam 85% da frota e onde a actividade piscatória se pratica ao longo da costa, num sem número de comunidades que dela dependem, esta é uma questão particularmente sensível.

A nova PCP entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2013.

- A Política Comum de Pescas, deverá garantir a protecção e conservação dos recursos pesqueiros, assente em modelos de gestão mais consentâneos com as necessidades específicas das diferentes pescarias praticadas na EU.

- Deverá garantir um sustento digno para os profissionais da pesca, apostando numa maior valorização do sistema de primeira venda do pescado e valorização social da profissão.

Deverá garantir a rentabilidade económica das pescarias que permitam uma maior rentabilidade dos investimentos efectuados.

- A PCP deverá ser descentralizada e desburocratizada, já que se tem revelado uma máquina demasiado pesada ao longo das últimas décadas.

- A frota artesanal deve ser separada da frota industrial, garantindo uma abordagem diferenciada para os dois vectores, uma vez que a pesca artesanal desempenha um papel muito importante no contexto sócio-cultural das regiões costeiras da Europa, como uma poucas actividades económicas capazes de garantir sustento para inúmeras famílias que, na ausência de alternativas dependem da pesca. Nesse sentido, merece ser apoiada pelo próximo instrumento financeiro comunitário para a pesca, porque “financiar a pesca artesanal permitirá melhorar as condições de higiene e segurança a bordo das embarcações, e reduzir os impactos ambientais e os custos de operação das mesmas através da substituição e modernização desta frota”.

- A gestão da PCP deverá ser mais regionalizada, devidamente consagrada nos princípios consagrados nos Tratados da União

Primeira jornada internacional de valorização da pesca artesanal

A primeira jornada internacional de valorização da pesca artesanal decorreu em Santiago de Compostela em Julho de 2011, numa organização conjunta do Grupo de Trabalho das Pescas tradicionais do CCR-Sul, da Federação Galega das Confrarias de Pescadores e da Junta da Galiza. Portugal marcou uma forte presença com representantes da direcção geral das pescas, IPIMAR, das associações, organizações de produtores e sindicatos do sector

João Delgado
Director da Mútua dos Pescadores

Esta jornada teve um duplo objectivo, por um lado, facultar uma visão global da situação actual da comercialização dos produtos artesanais oriundos da pesca, dando destaque aos temas relacionados com a origem e a identificação dos produtos da pesca, como a rotulagem, rastreabilidade, etc. O principal objectivo consistiu, assim, na análise das vantagens e inconvenientes proporcionados pelos diversos instrumentos disponibilizados para diferenciar produtos de qualidade, tais como: certificações, eco-certificações, marcas colectivas, etc.

O segundo objectivo consistiu na troca de experiências numa zona específica, no caso, o eixo Atlântico, nas zonas altamente dependentes da pesca (Atlântico francês, Cantábrico e Noroeste peninsular, continente Português e ilhas Atlânticas).

Com base nos contributos dados pelos intervenientes concluiu-se, entre outras coisas, que a certificação ou a criação de marcas locais, regionais ou mesmo nacionais (como no caso específico do Alasca que elegeu o salmão selvagem como marca nacional) são sem dúvida nenhuma instrumentos de valorização dos produtos provenientes da pesca, certificando e garantindo a qualidade, origem, identificação e sustentabilidade dos recursos, junto do consumidor final.

Contudo, a educação dos consumidores tem que ser trabalhada com fortes campanhas de promoção deste tipo de produtos, para que a procura seja crescente, mas que por vezes, estas mudanças de hábitos demoram décadas a serem cimentadas e absorvidas pela sociedade. Ou seja, os reflexos junto da produção demoram a surtir efeito. Escusado será dizer que muitas das empresas de pesca em dificuldades ficam pelo caminho, antes de verem resultados palpáveis destas iniciativas. Por isso, a fidelização por parte da produção, junto dos comerciantes de pescado, poderá ser mais uma das soluções para valorizar o pescado e com resultados imediatos. Relações francas e justas entre comerciantes e produtores poderão sempre resultar numa melhor e mais equilibrada repartição dos lucros. Para isso há que haver mais e melhor diálogo para uma aproximação de todas as partes envolvidas. Os contratos directos, em alguns casos, têm funcionado muito bem.

Foram apresentadas algumas experiências bastante interessantes tais como: a venda através da Net; uma associação de consumidores de pescado nos EUA, que deposita no início de



cada ano uma verba que irá corresponder ao abastecimento de pescado, no decorrer desse mesmo ano, adiantando assim, dinheiro que ficará disponível para a utilização do produtor, dando uma maior capacidade de investimento por parte deste; a luta que o governo do Alasca travou, no sentido de combater a produção em cativeiro do salmão, que proliferou por todo o mundo nos anos 80 e 90, promovendo o "seu" salmão selvagem com campanhas de grande escala, tais como a decoração dos aviões da companhia nacional de aviação deste país, com gigantescos salmões a todo o comprimento da aeronave; a etiquetagem dos

robalos capturados à linha na Bretanha, em que vários municípios desta zona da França deram os passos necessários, para que este produto fosse valorizado e diferenciado dos robalos de aquacultura; e por fim o município de Cudillero- Asturias, que, juntamente com a confraria de pescadores locais, promoveu a marca "Pescado de Pincho", sendo o Pincho - modalidade de pesca utilizando apenas uma cana com um anzol.

Um dado importante a reter, foi a chamada de atenção feita relativamente às empresas privadas de certificação de pescado que, muitas vezes, em nome do lucro e da pressão das grandes empresas da pesca industrial, certificam pescarias que não deveriam certificar.

A Mútua dos Pescadores faz sempre o esforço para estar presente nestas iniciativas, com alguns dos seus dirigentes e quadros técnicos, para que assim possa disseminar por todo o País as mais recentes experiências e os seus resultados.

Como cooperativa de utentes de seguros especializada no sector das pescas, tenta acentuar a sua acção social e o seu carácter cooperativo, ao serviço dos seus associados e cooperantes, lutando constantemente pelos seus interesses e pela sua valorização social, melhoria das condições de trabalho e pela segurança a bordo das embarcações de pesca.

Um grande exemplo disso foi a luta pela obrigatoriedade da utilização dos coletes insufláveis para a pesca local, em que a Mútua se disponibilizou a adiantar as verbas necessárias para a aquisição deste equipamento, por parte das associações com maiores dificuldades económicas.

A Mútua é um exemplo de luta pela organização e defesa deste sector estratégico, quando todos parecem virar a cara ao sector a Mútua abraça-o com todos os braços que tem disponíveis para o defender.

Comprovativo de compra em lota – CCL



A Docapesca é uma empresa com uma prestigiada herança de cinquenta anos de tradição que tem sabido enfrentar os desafios estratégicos

colocados ao sector das pescas. Foram estes desafios que impulsionaram a Docapesca a desenvolver o projecto CCL – Comprovativo de Compra em Lota –, assumindo deste modo um compromisso com o futuro.

Este projecto tem como assinatura “É da lota. É de confiança!” e representa uma importante ferramenta para a valorização do pescado português junto do consumidor final, transmitindo valores de referência que são o garante da modernização e dinâmica do sector da pesca em Portugal. O desenvolvimento do CCL integra as três componentes de sustentabilidade empresarial.

Numa perspectiva Ambiental, o projecto assenta no respeito pelos stocks piscícolas, pelas dimensões mínimas do pescado comercializado e pelo menor consumo energético resultante da captura na Zona Económica Exclusiva Portuguesa.

Ao nível da Economia, o CCL é já uma realidade nas grandes superfícies, nos mercados municipais e peixarias, ultimando-se a sua concretização junto da restauração. O reforço do posicionamento competitivo do CCL verificou-se também junto da indústria conserveira, um sector que tem registado um importante aumento das exportações. Será através deste segmento que o CCL entrará no mercado internacional, numa clara aposta na valorização do pescado nacional.

Do ponto de vista da Responsabilidade Social, o CCL promove uma alimentação saudável através do consumo regular de peixe, estimula o interesse da população pelas actividades relacionadas com a pesca e com o mar e potencia uma compra mais consciente, através da informação da etiqueta CCL junto do retalho. Ainda neste âmbito temos em curso o projecto CCL Kids, uma vertente pedagógica dirigida ao segmento infanto-juvenil.

Numa estratégia de consolidação da comunicação do CCL, a Docapesca tem desenvolvido um conjunto de iniciativas em pontos de venda, em eventos que promovam o pescado e nos media – de que destacamos a recente colaboração com o programa Minuto Verde, da Quercus.

Docapesca – Portos e Lotas, SA

Exposição “Um Regresso ao Futuro”

No Dia Mundial dos Oceanos (8 de junho), foi inaugurada a exposição “Um Regresso ao Futuro”, na Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, no âmbito da Semana Europeia do Peixe (SEP), uma iniciativa das organizações não governamentais APECE, GEOTA, LPN e Sciaena com o apoio da coligação OCEAN2012* e da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa. Esta segunda edição da SEP, que contou com inúmeras iniciativas por toda a Europa, teve como objetivo alertar e consciencializar os cidadãos para a importância da reforma da Política Comum das Pescas e para o seu papel enquanto atores para a mudança e, principalmente, influenciar os decisores políticos, agentes diretos das pescas.



A inauguração da Exposição de fotografia dedicada à pesca - composta por fotografias históricas da pesca nacional, fotos atuais da autoria do pescador e fotógrafo do Alasca, Corey Arnold, e infografias da autoria de David McCandless - foi acompanhada de uma tertúlia onde participaram Cristina Moço da Mútua dos Pescadores, Carlos Macedo da ArtesanalPesca, Carlos Reis da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o antropólogo Luís Sousa Martins, bem como inúmeros membros da audiência.

Gonçalo Carvalho, Presidente da Sciaena e um dos representantes da coligação OCEAN2012 em Portugal, iniciou a sessão falando do passado vivo das comunidades de pescadores artesanais, do presente caracterizado por inúmeras incertezas e, sobretudo, dos desafios do futuro. Este foi o mote para uma conversa em que se percebeu que a reforma da Política Comum das Pescas é um momento de grandes desafios para a pesca artesanal portuguesa, que representa 80% da frota nacional, cuja sustentabilidade tem que ser encarada nas perspetivas sociais, económicas e ambientais mas também na perspetiva cultural. Os desafios passam por ter uma gestão adaptada à realidade destas comunidades, por valorizar e diversificar o pescado ao nível da primeira venda, mas também a adaptação aos novos fenómenos de procura de produtos de qualidade superior e provenientes de cadeias de produção sustentáveis.

Apostando no que as pescarias artesanais portuguesas têm de melhor - a sua diversidade de artes e recursos - o chef Bertílio Gomes esteve presente no evento tendo preparado dois pratos feitos com sardinha e cavala. Estas são espécies aparentemente menos nobres mas que podem ser valorizadas criativamente, constituindo alternativas sustentáveis.

A exposição está durante o mês de outubro no Clube Estefânia - Rua Alexandre Braga, n.º 24-A, 1150-004 Lisboa. A entrada é gratuita.



*Este artigo respeita as normas do Acordo Ortográfico.

*A OCEAN2012 é uma aliança de organizações dedicadas a transformar a Política Comum de Pesca da União Europeia, de modo a eliminar a sobrepesca, acabar com as práticas piscatórias destrutivas e assegurar uma exploração justa e equitativa de populações saudáveis de peixes. Saiba mais em <http://www.ocean2012.eu/>.

Gonçalo Carvalho
PONGPESCA/OCEAN2012

II Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar

Sob a égide de Manuel Lopes, cuja figura esteve sempre presente, integrado nas comemorações dos 20 anos da réplica da lancha do alto Fé em Deus, e numa louvável iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim e a colaboração do Clube Naval Povoense e Armada Portuguesa, teve lugar no dia 2 de Setembro, na Biblioteca Municipal daquela cidade, o II Encontro da Rede Nacional da Cultura do Mar

Albino Gomes

Associação Barcos do Norte, Inventariante Local CCC - Viana do Castelo



Com a participação de várias individualidades, oriundas de diversos pontos do país, presidiu o Contra Almirante José Bastos Saldanha, em representação da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), congratulando-se com o facto de 7 anos volvidos retornar à Póvoa "em itinerância com esta rede informal de diálogo sobre a cultura do mar".

Iniciou os trabalhos o Presidente da Câmara, Macedo Vieira, com as habituais palavras de circunstância, dizendo quanto lhe era grato receber novamente este encontro de individualidades, ligados à Cultura Marítima.

Do conjunto de intervenções, ocorre-nos recordar as seguintes:

-Prof. Inês Amorim, da Universidade do Porto, que abordou superiormente o significado da vida dos mares, nos rios e sua preservação, questionando mesmo, porque razão seremos nós a ter de discutir estes problemas dos recursos marinhos e fluviais, e não outros?

Apelou ainda para a necessidade de uma investigação histórica e inventariação do nosso ainda rico património marítimo/fluvial, de certo modo ofuscado pelo património marítimo dos tempos áureos dos Descobrimentos.

-Dr^a Ivone Magalhães, do Museu de Esposende, que, lutadora como sempre, mais uma vez nos trouxe à liça a contínua descaracterização das nossas típicas embarcações. Como exemplo gritante da incultura que infelizmente graça no país em relação à preservação deste património, estará o facto das pessoas que superintendem nestas matérias, nomeadamente as entidades legisladoras, o equipararem às chamadas "motas d'água"...

No segundo painel do Encontro, já moderado pelo Prof. Henrique Souto, tivemos a intervenção da Dr^a Graça do Eco-Museu do Seixal, traçando uma panorâmica daquilo que tem sido o percurso daquele núcleo museológico, ao longo destes 28 anos de intensa actividade.

-Veríssimo Dias, de Valbom, falou sobre os barcos valboeiros, cujos cascos trincados remontam aos tempos em que os romanos sulcavam aquelas paragens, a montante da foz do Douro.

Quando após várias intervenções, em que o problema financeiro para a manutenção das embarcações, esteve em foco aqui e além, o autor destas linhas achou oportuno chamar a atenção para o facto de que a cultura marítima não se resumiria apenas à dispendiosa manutenção das embarcações. Igualmente, teríamos de estar mais atentos à preservação de todo um manancial relacionado com a palamenta das referidas embarcações, apetrechos de pesca, como redes, anzóis, arma-



dilhas, etc., o que não estaria a acontecer nestes Encontros. Para além disto, teremos ainda o nosso tão rico património imaterial como o linguajar, o cantar, a religiosidade, as histórias, as alcunhas, etc. etc., cuja preservação não iria para além do mero custo de uns CDs.

Como então diria o CAIm. Bastos Saldanha, cada povo tem a sua cultura...

Já na parte final deste tão importante quanto profícuo Encontro, o Prof. Henrique Souto fez um balanço das conclusões desta jornada, procedendo de seguida à apresentação da Lista Institucional para eleição da nova Mesa, a qual, após aprovação de todos os presentes, ficaria assim constituída:

-Presidente: Município da Póvoa de Varzim.

-Vice Presidente: Sociedade de Geografia de Lisboa.

-Secretário: Município da Póvoa de Varzim.

Ainda inserido neste fim de semana marítimo/cultural, finalmente aconteceu o I Encontro de Embarcações Tradicionais da Póvoa de Varzim, com a luzidia participação de barcos portugueses e da vizinha Galiza, seguido de interessante Colóquio e Poesia, a acontecer no Diana Bar.

Mais positivo do que este Encontro de Embarcações, a promessa de que será para continuar.

Uma boa prenda para o saudoso Manuel Lopes.

Aplaudimos!

Evocação do naufrágio do S. Rafael

Porque estamos no ano do naufrágio do famoso cruzador S. Rafael, aqui ocorrido, bem junto à ermida de N. Sr^a da Guia, quando em cruzeiro navegava ao longo da costa portuguesa, rumo ao Porto, em vigilância das movimentações monárquicas que se movimentavam afanosamente a Norte, sob a liderança de Paiva Couceiro, as gentes do Rancho da Rendilheira do Monte - Vila do Conde, instituição por onde têm passado inúmeros marinheiros da nossa Armada, resolveram assinalar a efeméride com a apresentação de uma réplica alegórica, evocativa daquele magnífico navio de guerra, a fim de desfilar na Marcha Luminosa da noite maior de seu excelso padroeiro, S. João Baptista.

Perante o sucesso que se adivinhava, à medida que a obra se ia mostrando apilarada, logo nasceu a vontade de na data própria se assinalar a efeméride, ocorrida naquela fatídica noite de 21 de Outubro de 1911, escasso ano após a implantação da República Portuguesa.

Avançando com a ideia, o Rancho das Rendilheiras do Monte, com algum apoio expresso pelo Município, resolveu implementar um programa condigno com o acontecimento.

Assim, a 21 de Outubro, depois da inauguração de uma Exposição e lançamento de um livro alusivo, na sede do Rancho, fez-se o descerramento de uma lápide naquele velhinho fortim do século XI, junto ao local do naufrágio. No dia seguinte, no Auditório Municipal decorreu um colóquio, seguido de uma representação teatral alusivos actos.

As cerimónias culminam com a deposição de uma coroa de flores ao marinheiro falecido, cuja campa, cem anos depois, continua zelosamente cuidada, pelas generosas mãos das nossas rendilheiras.

Bem hajam.

Marinha do Tejo



A Mútua dos Pescadores, primeiro e único segurador português sob a forma cooperativa, com forte tradição e especialização em seguros para atividades marítimas; na qualidade de patrocinador do evento, foi novamente convidada a participar nas comemorações do "Dia da Marinha do Tejo", que se realizou em 25 de junho.

Começando por uma cerimónia oficial, no Cais das Colunas, que antecedeu a travessia do Tejo em embarcações tradicionais, passando por uma sardinhada ao ar livre no Arsenal do Alfeite e culminando na visita à esquadilha de submarinos, com prévia explicação sobre o assunto, constituiu um programa bem pensado, melhor organizado e plenamente conseguido.

Não fosse este começo de Agosto em tons cinzentos, agravado pela atmosfera angustiante da crise, que convidam à meditação, o artigo poderia ficar encerrado por aqui.

Mas neste período difícil da vida nacional, interessa refletir sobre as iniciativas que ainda procuram aliviar os constrangimentos psicológicos que esta fase negra instiga na generalidade dos cidadãos.

É o caso presente!

Afinal, o que motiva um grupo um grupo de pessoas eruditas e bem posicionadas, que inclui cientistas, professores universitários e oficiais da Armada, a fundarem, em estreita colaboração com os proprietários das embarcações e clubes locais, uma associação – a Marinha do Tejo –, torná-la consistente, garantirem a sua perenidade e organizarem iniciativas?

A grande dedicação às embarcações tradicionais pode constituir uma resposta plausível.

A preservação das memórias do Tejo é provavelmente outro fator determinante.

O convívio entre os amantes do mar certamente que terá muita influência.

Tudo somado, estamos em crer que o desejo de abrir janelas para a felicidade humana, nestes tempos de infortúnio, é a grande ambição que este projeto contempla.

Apetece agora para terminar e a título de homenagem aos responsáveis da Marinha do Tejo, recordar uma passagem num diálogo do filósofo grego Sócrates:

"A não ser que os filósofos se tornem reis nos nossos Estados ou aqueles que agora chamamos os nossos reis e governantes se habituem a seguir a Filosofia séria e adequadamente, e que haja uma conjugação destas duas coisas, poder político e inteligência filosófica, não pode haver fim para os problemas, caro Glaucon, para os nossos estados, nem também, imagino, para a raça humana."

**Este artigo respeita as normas do Acordo Ortográfico*

Texto Adelino Cardoso
Fotografia de Ricardo Martins

ICES, Gdansk 2011

Desta feita, foi a lindíssima cidade Polaca de Gdansk a acolher a Conferência Anual do Concelho Internacional para a Exploração do Mar. Banhada pelo Báltico no extremo norte da Polónia, foi nesta cidade com dez séculos de história que decorreu, num excelente clima de hospitalidade e confraternização, mais este evento do ICES

João Paulo Delgado
Director Mútua dos Pescadores



A temática central da conferência incidia sobre o Mar Báltico e as alterações climáticas.

Para além dos temas centrais, não foi difícil constatar a multiplicidade de temas e a complexidade dos objectos de estudo apresentados pelos inúmeros cientistas ali presentes.

Ao longo dos anos, tenho-me vindo a aperceber do quão importante é este certame fundamentalmente para os jovens cientistas. Tenho registado o seu especial entusiasmo em contactarem com os grandes "vultos" nas diversas matérias, visto que está ali presente a nata da ciência a nível mundial que estuda e analisa as questões ligadas ao mar.

Gostaria de enaltecer o trabalho dos nossos jovens cientistas, sendo que muitos deles tiveram que abandonar o país para dar continuidade aos seus estudos e ao seu trabalho, uma vez que o investimento e a atenção dada a este como a outros sectores estruturantes e fundamentais para o nosso país, não tem sido a melhor nem a mais adequada.

A fuga inevitável da geração mais bem formada, do ponto de vista académico, que este país já teve, será uma factura elevadíssima que as próximas gerações terão de pagar. Um País que não tem como objectivo prioritário uma forte aposta na educação, na ciência e na investigação nunca terá um desenvolvimento que lhe confira consistência e independência! Teremos que andar

eternamente a importar produtos que, por vezes, são criados e desenvolvidos pelos cérebros que não tivemos capacidade de fixar.

As rotas migratórias do Espada - Preto, as rejeições da pesca industrial, o cálculo da idade do Cantarilho medida através dos otólitos ou a oscilação e variação dos sedimentos na nossa costa entre Nazaré e Aveiro, foram alguns dos trabalhos apresentados pelos nossos cientistas, e que despertaram bastante interesse a quem circulava pela ala onde estavam expostos os painéis ilustrativos.

Ao fim do terceiro ano consecutivo a representar a Mútua dos pescadores e a pequena pesca portuguesa nesta importante iniciativa, as relações e as afinidades já se começam a sentir, na medida em que os laços e os contactos se fortificam e começam a dar frutos.

Para os "Stakeholders" o dia mais importante e interessante é sempre aquele em que realizamos um périplo pela região e visitamos realidades muito próximas da nossa, se bem que com as devidas diferenças. Viajámos num antigo barco pelo canal de Gdansk, o mesmo canal onde começou a 2ª Guerra Mundial, até uma pequena vila piscatória chamada HEL, visitámos a organização de produtores local que basicamente se dedicava a comercializar as capturas de pequenos pelágicos provenientes do arrasto costeiro.

Relativamente à pequena pesca artesanal, dedica-se à captura de halabote e bacalhau, vendendo o peixe ali mesmo no cais, a particulares e a comerciantes da restauração.

Ao longo da viagem pelo canal de Gdansk, vimos a imponência dos míticos estaleiros locais, onde dezenas de navios estavam ora a ser construídos de raiz ora em reparação, de todas as maneiras, feitios e tamanhos. Os super-petroleiros acostados, os vários navios de mercantes em carga ou em descarga, outros ainda que pontilhavam o horizonte à espera de vaga para entrar naquele entusiasmante tráfego de trabalho, produção, emprego e vida.

A importância de uma estrutura daquelas é, sem sombra de dúvida, incontornável. Trata-se de um coração gigante a bombar constantemente sangue novo na economia daquele país. Um valor seguro, um garante de prosperidade que deve ser defendido com unhas e dentes. Um exemplo que os nossos governantes deveriam seguir para reavivar os nossos moribundos estaleiros navais.

De seguida, visitámos uma unidade de produção da empresa GRAAL - líder nacional das conservas de peixe - que nos deu conta que em mais de 30 anos, este foi o primeiro ano que tiveram de importar cavala, tal a escassez desta espécie no mar báltico. Mais uma vez, foi uma semana muito rica em experiências, em informação e em troca de conhecimentos.

Foi uma jornada em que me empenhei em divulgar a Mútua dos Pescadores, quem somos, qual o nosso peso e importância nas comunidades ribeirinhas, fundamentalmente aos jovens cientistas da delegação portuguesa. Muito positivo de facto!

“Vida de Pescador e Vida de Antropólogo na Carrasqueira”

José Colaço, Antropólogo (INCT/InEAC/NUFEP-UFF, Brasil)
Fotos: Marcelo Ribeiro (2011) e José Colaço (2011)

Em outubro de 2010, tive a oportunidade de participar de um programa de cooperação internacional estabelecido entre o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (NUFEP-UFF), sede do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), e o Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CESNova) que visa apoiar pesquisas empíricas no Brasil e em Portugal. Trata-se do Convênio Capes-FCT. O objetivo geral desta parceria é a comparação antropológica das realidades sociais encontradas nos dois países.

Em minha atuação profissional no Brasil, venho acompanhando a vida de um povoado de pescadores localizado no norte do Rio de Janeiro chamado Ponta Grossa dos Fidalgos. Os pescadores artesanais do local realizam suas capturas na Lagoa Feia. O meu primeiro desafio em terras portuguesas foi identificar um povoado piscatório no qual eu pudesse desenvolver meu trabalho por aproximadamente oito meses – período de permanência em Portugal previsto pelo Convênio. Após uma animada reunião no escritório da MÚTUA DOS PESCADORES, em Lisboa, ouvi: “Tens que ir à Carrasqueira, Zé”. A indicação de Cristina Moço, não poderia ser mais certa. Assim, duas semanas depois, na companhia de Candido Batista – também funcionário da MÚTUA – e Helena Abreu, estagiária do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR) rumei até a Carrasqueira – povoado localizado no Conselho de Alcácer do Sal nas margens do Rio Sado.

Ali foi o ponto de partida para a aventura antropológica que vivi nos meses seguintes e que tentarei contar em minha tese provisoriamente intitulada como “Quanto Custa Ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal”. De acordo com a tradição antropológica, a melhor forma de observar a vida das pessoas é estando perto delas o maior tempo possível. Por isso, no início do ano de 2011, resolvi alugar uma casa na Carrasqueira. Residindo no local, eu teria mais chances de acompanhar os ritmos de trabalho, sobretudo a pesca, e da vida cotidiana em seus mais diversos aspectos, tais como: a organização das famílias, as relações entre as diferentes gerações de carrasqueiros, seus conhecimentos sobre o ambiente, suas formas de lazer, e os problemas apontados por eles sobre as políticas que afetam a pesca artesanal em Portugal.

Este tipo de investigação só é possível quando as relações entre o grupo estudado e o pesquisador são mediadas por respeito, diálogo e, sobretudo, confiança. Em minha estadia na Carrasqueira, testemunhei a dureza da vida dos pescadores e pescadoras com os quais convivi. Acompanhei as atividades de apanha de ameijoas – exercício que desgasta, com o passar do tempo, os corpos dos homens e mulheres que a praticam – e observei embarcado, repetidas vezes, a captura do Choco nos meses quentes – arte que exige dos pescadores um conhecimento refinado do estuário do Sado bem como do comportamento e da biologia do molusco. As conversas realizadas em período de trabalho e em ocasiões mais relaxadas evidenciaram queixas, por parte dos pescadores, sobre a forma como as políticas públicas para área da pesca artesanal têm sido formuladas há muitos anos em Portugal. A maior queixa é a falta de diálogo com os órgãos do Estado e mesmo a falta conhecimento prático sobre a pesca e a vida dos pescadores.



Reclamações semelhantes também ocorrem no Brasil. Por isso, é necessário um acompanhamento mais próximo, por parte das agências de administração pública, do cotidiano destas populações. Talvez assim, tensões e conflitos vividos pelos pescadores possam ser mais bem administrados. Eu próprio, na qualidade de pesquisador, só pude ter acesso ao mundo da pesca e toda sua complexidade porque, como os próprios carrasqueiros diziam, virei “um pouco pescador”, pois muitas vezes, abandonei meu caderno de notas e minha máquina fotográfica e, provisoriamente, me ocupava, como um camarada, das atividades práticas da faina. Na captura do Choco, por exemplo, fiquei responsável pelo alador ou safava a rede no retorno para o porto. Se a vida de pescador não é fácil, atesto aqui que a vida de antropólogo que estuda pescadores também não é. Mas, compartilhar o trabalho no mar – categoria utilizada localmente para classificar o Rio Sado – foi o que me aproximou por estes meses da vida dos homens e mulheres da Carrasqueira. Só um acompanhamento mais sistemático sobre a maneira como as populações de pescadores organizam “seu mundo” prático é capaz de fornecer informações mais próximas à realidade experimentada por estas pessoas. Em Portugal, no Brasil e em todo lugar.

Convenção STCW-F 1995 para os navios de pesca

Foi ratificada no dia 29 de Setembro, a Convenção Internacional sobre Padrões de Formação, de Certificação e de Serviços de Quarto para os Navios de Pesca / International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Fishing Vessel Personnel, 1995 (STCW-F 1995).

Esta Convenção Internacional estabelece a certificação e os requisitos mínimos de formação para as tripulações dos navios de pesca com mais de 24 metros e vem adaptar à pesca a Convenção STCW 78/95, que estava direccionada para a Marinha Mercante.

De acordo com o artigo 12 da Convenção, esta entrará em vigor 12 meses após a data em que pelo menos 15 Estados a ratificaram, o que finalmente aconteceu, com a ratificação pela República do Palau em Setembro de 2011. A Convenção tinha sido já ratificada por 14 países: Canadá, Dinamarca, Islândia, Quiribati, Letónia, Mauritânia, Marrocos, Namíbia, Noruega, Federação da Rússia, Serra Leoa, Espanha, República Árabe da Síria e Ucrânia.

A sua entrada em vigor está então prevista para 29 de Setembro de 2012.

O Secretário-Geral da IMO – Organização Marítima Internacional ** - Efthimios Mitropoulos, saudou a entrada em vigor desta Convenção como um desenvolvimento significativo para aumentar a segurança no mar. A IMO está já a preparar, para essa data, uma conferência na África do Sul para propor a



adopção da Convenção Internacional de Torremolinos para a Segurança dos Navios de Pesca de 1977 e do Protocolo de 1993, relativo à segurança nos navios de pesca com mais de 24 metros.

Como sustenta Efthimios Mitropoulos, "infelizmente o sector piscatório continua a viver um grande número de mortes ano após ano". Com a entrada em vigor do STCW-F 1995 e a implementação do protocolo de Torremolinos espera-se que esta tendência se venha a inverter.

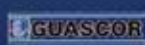
.....
Texto a partir de informação no site oficial da IMO – <http://www.imo.org>

*** IMO - Organização Marítima Internacional - é a agência das Nações Unidas especializada nas questões da protecção e segurança das tripulações e dos navios, e da poluição marítima provocada pelos navios. A Convenção Internacional STCW é uma das principais Convenções da IMO, a par da Convenção SOLAS – Código Internacional da Salvaguarda da Vida Humana no Mar, a Convenção MARPOL – Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição dos Navios e a Convenção SAR – Busca e Salvamento.*



VENDA DE PEÇAS E MOTORES

Mais de 30 anos de experiência no sector marítimo e industrial.
Peças de origem. Rapidez na entrega a preços competitivos



ABC | ECHEVARRIA | MAK | MIRRLEES BLACKSTONE | NIIGATA | NOHAB POLAR | PEGASO | IVECO | PIELSTICK | STORK | SMIT BOLNES | VOLVO | etc.

Todos os nomes comerciais, marcas e símbolos, são meramente informativos e propriedade dos seus donos.

EVERY PARTS - PORTUGAL

MMI - MOTORES MARÍTIMOS E INDUSTRIAIS, LDA.

RUA DO TELHAL, 106 - 4400-598 V. N. GAIA | TEL FAX (+351) 224 060 046 | www.everyparts.com.pt | geral@everyparts.com.pt

Em busca do espaço do e-learning

"O pescador é uma classe diferente porque tem um tipo de vida totalmente diferente... Acho que a dignificação da imagem passa muito pelas condições sociais de existência e de vida do pescador. E tem a ver, como sabe, com um conjunto de factores. Desde a remuneração, das condições de vida, da formação para a cidadania que a pessoa tem. A questão da dignificação da imagem do pescador, eu acho que, francamente, é uma questão cultural, é uma questão educativa, compete a toda a gente" (Amantino Caçoilo)

Luís Martins, Antropólogo
Mútua/Marleanet

A Mútua dos Pescadores iniciou uma nova fase de contacto com as comunidades com interesses na formação/e.learning para as profissões do mar – associações de pescadores, entidades de formação ligadas à pesca e marinha mercante. Este é um primeiro ensaio de tratamento de algumas entrevistas realizadas e que mais tarde estarão disponíveis na base de dados do projecto.

A experiência e intuição demonstrada pelos entrevistados apontará para a certeza de que o e.learning é um factor de valorização do sector: "pode ser de uma extrema mais valia, não só para a formação dos nossos centros ou das nossas unidades, mas para uma coisa que hoje e cada vez mais será o futuro das questões da informação na Net, que é a validade e o rigor científico da informação que é disponibilizada" (Manuel Lopes). "O pescador é uma classe diferente porque tem um tipo de vida totalmente diferente... Acho que a dignificação da imagem passa muito pelas condições sociais de existência e de vida do pescador. E tem a ver, como sabe, com um conjunto de factores. Desde a remuneração, das condições de vida, da formação para a cidadania que a pessoa tem. A questão da dignificação da imagem do pescador, eu acho que, francamente, é uma questão cultural, é uma questão educativa, compete a toda a gente" (Amantino Caçoilo).

Esmeralda Silva, aluna de Engenharia de Máquinas Marítimas da E.N.I.D.H. diz que é possível aprender por e.learning, "as matemáticas, talvez a Física, em que os professores podem mandar os exercícios", mas os conteúdos das disciplinas mais específicas só são encontrados em livros indicados pelos docentes, onde se tem "logo a explicação completa". Para o colega Daniel Oliveira de Engenharia de Sistemas Electrónicos Marítimos há "matérias que se podem estudar on-line se falarmos em electrónica teórica, em que o professor pode explicar os circuitos através de um filme... Mas nas práticas em que nós temos de estar ali, no momento, estar a tocar, já nem tan-



A RESPOSTA A UMA NECESSIDADE

MARitime LEARNING NETWORK (MARLEANET) Rede de aprendizagem marítima (MARLEANET)

é um programa europeu que põe em rede centros de formação marítima da Área Atlântica. Está na base de uma "solução de formação" para a Europa marítima que traz valor acrescentado aos actuais padrões internacionais de formação marítima.

Permite reunir e maximizar recursos dos centros de formação europeus, cujo nível de excelência é reconhecido internacionalmente.

A ESCOLHA DE UMA SOLUÇÃO EUROPEIA

Mais do que em outros sectores económicos, a indústria do mar deve estar preparada para encarar uma rápida e irreversível internacionalização. Neste contexto:

... a Europa está fortemente determinada na liderança do progresso que afecta o futuro da economia do mar, a segurança e saúde dos homens do mar, as competências sociais e profissionais, e a protecção ambiental...

... a Europa pode trabalhar em rede. Esta cultura de partilha está profundamente enraizada nos parceiros do programa MARLEANET.

to". Victor Lima, que em 2010-11 trabalhava num navio escocês e estava no curso de mestre de pesca costeira no For-Mar de Lisboa, usa a Internet para melhorar conhecimentos, tirar dúvidas e preparar aulas: "está tudo claramente explicado, e se quisermos mais detalhes vamos em busca de outro site". Imprime a informação – mostrou um dossier sobre radares, incluindo o tema da Colisão com outro navio – e estuda-a para "ter uma noção um bocado mais específica". Em contraste, a marinharia só pode ser ensinada com um formador a mostrar como se faz "porque temos medo de usar a navalha para cortar a malha, para endireitar a rede, para fazer o corte à rede da maneira que nós queremos". Luís Esteves, marítimo

açoriano a tirar o curso de contramestre no For-Mar de Lisboa, é menos exuberante nos usos de ferramentas on-line: "Coisas mais técnicas. Dependendo do que quero saber: meteorologia, alguns significados marítimos que desconheço".

Para fazermos dialogar condições de vida tão distintas e dar aos temas indicados uma imagem coesa, digamos um retrato de grupo, centramos as entrevistas numa questão: como tornar aceitável e eficaz o e.learning na informação, formação e valorização dos utilizadores de espaços marítimos: marinhas de pesca e de comércio, náutica de recreio, embarcações históricas e mais interesses. O nosso trajecto devia percorrer quatro fases: recolher informações, relacioná-las tendo em conta o trabalho e a experiência de cada entrevistado, associá-las depois independentemente do que cada um faz, tentar perceber o alcance do e.learning para actividades e modos-de-vida em geral considerados diferentes dos modos-de-vida terrestres. Isto é, aprovisionar, criar relações simples, proceder a relações criativas, dar um sentido à diversidade. Para traçarmos analogias sobre formas de trabalhar a Natureza é certamente a melhor mestre. As sociedades de formigas que arrecadam laboriosamente as provisões figuram o primeiro objectivo. As de abelhas que colhem o pólen das plantas e pela evaporação da água que contém o transformam em mel exprimem o seguinte. A aranha que constrói um espaço vital unindo múltiplos pontos até formar uma teia de fibras de seda interpreta o terceiro passo. O camaleão de presença discreta que assume a cor do ambiente em que se encontra e imóvel consegue observar tudo à sua volta é a imagem do último passo. Modos de estar que têm similitudes nas espécies da água. Nos cardumes de sardinha que agem como entidades únicas na preservação da espécie. Na santola que é defendida pelos tentáculos urticantes da anémone que coloca na carapaça, beneficiando esta das deslocções do seu hospedeiro para potenciar a alimentação. No cavalo-marinho que consegue parir e cuidar das crias como uma mãe. Na capacidade de mimetismo, adaptação, raciocínio e aprendizagem rápida dos cefalópodes (choco, polvo).

Ao entrarmos no segundo e no terceiro passos começamos a olhar para as entrevistas a partir de relações simples e complexas ficamos com a ideia que a fronteira entre os conhecimentos que podem ser transmitidos por e.learning e os que não o devem ser ergue-se onde é preciso tocar, experimentar, tomar decisões que impliquem gestos precisos: "Nós temos muitas áreas que são conhecimentos técnicos, que é o saber-fazer, e aí o regime mais presencial parece-me mais ajustado. Ainda que possa haver um conjunto de conhecimentos prévios que sejam administrados em suporte digital" (Manuel Lopes). "A não ser que se faça filmes, com o professor a mostrar. [Mas] uma coisa é mostrar uma peça ou uma acção em corte, Olhe aqui é o distribuidor, a pilotagem... E a seguir eu meto uma válvula nas mãos deles para a desmontarem" (Olímpia Pereira). "E.learning a nível de informação acho que sim. Como formativo, não..." (Manuel da Cruz).

Outro desafio surge dos hábitos e da menor disponibilidade



destas comunidades: "as dificuldades são desafios quando bem transmitidas. Se começarmos pela sensibilização, e depois pela formação, a formação pode ser alguma em e.learning e outra presencial. Mas não interessa fazer uma coisa espectacular para depois ninguém ouvir aquilo" (Amanantino Caçoilo). "A vida do mar é dura e como tal quem vem do mar não tem paciência para ir para a escola. A formação que eventualmente podia resultar seria sempre formação no local de trabalho... A formação que é dada ao pescador, tirando aquela que lhe disse, de pescador para marinheiro, de marinheiro para arrais, de arrais para contramestre, de contramestre para mestre, não lhe dá uma garantia de emprego nem de ganharem mais. A formação garante-lhes conhecimento, mas o pescador entende que não precisa de saber mais nada a não ser andar ao mar e pescar. Que é a função dele. E essa função está lá desde os intestinos até à última ponta do cabelo" (Agostinho da Mata). "Para avançar com um projecto de e.learning há competências que se têm de dar previamente a esta população marítima. Nesta questão das novas tecnologias tem de haver muita formação prévia... [E] é importante que este tipo de formação tenha uma componente extremamente prática" (Olga Vide). [Os pescadores] "precisam de formação prática... As habilitações escolares são geralmente baixas, e há aqui este jogo entre as habilitações, a idade – porque também há os mais velhos que vêm para a formação – e a possibilidade de ser ministrada a formação noutros termos..." (Inês Falcão). Contribuíram para esta busca do e.learning um numeroso conjunto de entrevistados – de que os nomes referidos são uma pequena amostra – com experiência nas áreas que os parceiros Mútua dos Pescadores e ENIDH (e os seus especialistas) escolheram no âmbito do Projecto Marleanet: higiene e segurança no trabalho a bordo das embarcações, gestão de risco, sustentabilidade e rastreabilidade, valorização da imagem das actividades de apanha e pesca e dos seus profissionais e legislação. Arranjar um denominador comum entre gerações de pescadores, ambientalistas e armadores, biólogos e comerciantes, formadores e sindicalistas, tripulações de navios da Marinha Mercante e das frotas de pesca, dirigentes de Organizações de Produtores e professores da Escola Náutica Infante Dom Henrique, alunos desta e do For-Mar, engenheiros navais e carpinteiros de ribeira é o desafio que nesta fase nos move.

Os entrevistados:

For-Mar Matosinhos - Olga Vide; Ilhavo - Manuel Lopes e Amanantino Caçoilo; Lisboa - Manuel da Cruz e Inês Falcão; APROPEIXE – Agostinho da Mata; E.N.I.D.H. – Olímpia Pereira



Co-financiado com o apoio da **União Europeia FEDER**
Programa Espaço Atlântico



Poluição marinha provoca discussão



No passado dia 6 de Outubro realizou-se em Vigo mais um workshop do projecto Marleanet (para mais informações sobre o projecto consultar os n.ºs 60,61 e 62 da Revista Marés ou o site do projecto em www.marleanet.com).

O workshop decorreu nas instalações do parceiro CETMAR e contou com a presença de cerca de 20 especialistas ibéricos na temática da poluição marinha, incluindo representantes do sector das pescas, da marinha mercante e da armada e também do meio universitário de ambos os países. A representação nacional foi composta por 4 elementos: Maria do Céu Baptista, coordenadora do projecto Marleanet para a Mútua dos Pescadores, Jerónimo Viana, director da Mútua de Vila do Conde, João Parente, professor da Escola Náutica Infante Dom Henrique e Maria Adelaide Ferreira, bióloga e investigadora do Instituto do Mar

Maria Adelaide Ferreira
Investigadora, Instituto do Mar
Laboratório Marítimo da Guia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

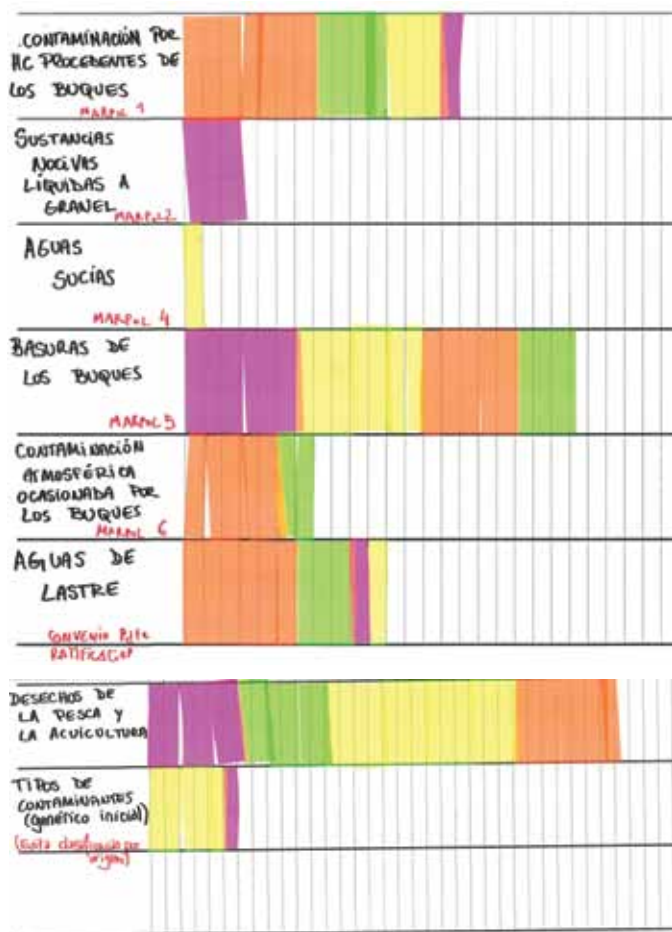
O objectivo deste workshop era seleccionar temas prioritários, dentro da temática global da poluição marinha originada no mar, para serem desenvolvidos como unidades de e-learning no âmbito do projecto. O workshop funcionou em três partes: uma primeira parte de discussão geral da temática entre todos os especialistas presentes para definição dos temas conside-

rados importante, uma votação para selecção dos dois temas considerados mais importantes e que dariam origem a módulos de e-learning (em que cada participante, individualmente, seleccionava os 3 temas que considerava mais relevantes, elencando-os por ordem de importância) e uma terceira parte em que os especialistas foram divididos em dois grupos de

trabalho para se debruçarem sobre a quantidade de unidades necessárias para o desenvolvimento de cada módulo e sobre os objectivos de cada módulo. O workshop teve uma duração aproximada de 4 horas.

Havia, inicialmente, 3 temas principais propostos para discussão: efluentes urbanos e industriais, substâncias nocivas e particularmente perigosas e hidrocarbonetos. Durante uma primeira discussão geral destes temas, rapidamente se tornou claro que havia um conjunto de temáticas fulcrais que não estavam a ser consideradas. A representação portuguesa chamou a atenção para dois temas que considerava fundamentais: o problema do lixo no mar (incluindo todo o tipo de resíduos que se encontram a boiar ou depositados nos fundos marinhos, como plásticos de todos os tipos, redes de pesca, etc.) e o problema das rejeições de pescado ao mar, que, tratando-se embora de material biológico (peixe, marisco e não só) que é devolvido ao mar, constitui, ainda assim, uma fonte de poluição com vários tipos de impactos negativos sobre o meio marinho e sobre a actividade piscatória.

Estas e outras questões que foram apresentados e discutidos durante a sessão plenária foram então levados a votação, de acordo com a metodologia descrita acima. No final, os dois temas considerados prioritários pelo painel de especialistas presente na reunião foram os propostos pela representação portuguesa: lixo no mar e rejeições de pescado (incluindo eviscerados) ao mar. A interessante discussão provocada e o resultado da votação final demonstraram que os temas avançados pela representação portuguesa são, de facto vitais, e necessitam de uma atenção particular de todos aqueles que andam no mar.



Resultado da votação individual para eleição dos temas elitados para a realização das unidades de e-learning.

CCC/Marleanet celebram vida do mar



Celebração da Cultura Costeira/EEAgrants cruza com MARLEANET/Área Atlântica e do fruto desta abordagem dois carpinteiros navais vão visitar estaleiros e companheiros

de arte a Falmouth, Inglaterra enquanto Vila Chã se prepara para uma homenagem à vida dos que se ligam ao mar.

Durante o projecto Celebração da Cultura Costeira vários parceiros realizaram exercícios de inquirição junto de carpinteiros de ribeira e construtores navais, activos e reformados. O V workshop centrou a nossa atenção numa embarcação e nos dilemas que rodeiam a sua reparação. Passado um ano em Vila Chã Benjamin Moreira e Gunnar Eldjarn participaram num workshop do qual resultou a cópia do S. Mateus, uma catraia original, em bom estado de conservação, proveniente dos estaleiros locais e das mãos de um antepassado do mestre português. Esse processo pôde ser acompanhado através de um diário, ainda consultável em <http://ccc.mutuapescadores.pt>. Com essa embarcação decidiu Benjamin Moreira homenagear essa tradição local, onde se entronca, dando ao barco o nome de mestre Lourenço. Agora mestre Benjamin Moreira surpreende-nos com a preparação de uma sala de memórias de Vila Chã onde essa embarcação – quando em terra – está integrada numa mostra sobre tradições de trabalho local, sobretudo pesca local e apanha do sargaço, construção naval e ainda pesca do bacalhau, que ocupou no seu auge grande parte da comunidade local, por largos anos. Para isso recuperou um dóri, que todos os antigos pescadores reconhecem como sendo a peça perfeita para activar memórias daqueles tempos.

Agora e no âmbito do projecto MARLEANET dois construtores navais deslocam-se a Falmouth, Inglaterra para um intercâmbios com outros construtores navais e visitas a estaleiros activos. Assim o fruto do projecto CCC alimenta uma experiência cultural local e dá um passo em noca direcção ao mesmo tempo que põe em contacto dois construtores portugueses de tradições diferentes, que nos tempos livres do programa poderão falar da sua arte. Quem é o segundo carpinteiro? O que faz e onde trabalha? Informação e novidades no próximo número...

Maria do Céu Baptista
Assessora Cultural da Mútua dos Pescadores

Para a Senhora Passar, Ribeira, Viana do Castelo 2011



Celebração da Cultura Costeira



VIANA DO CASTELO

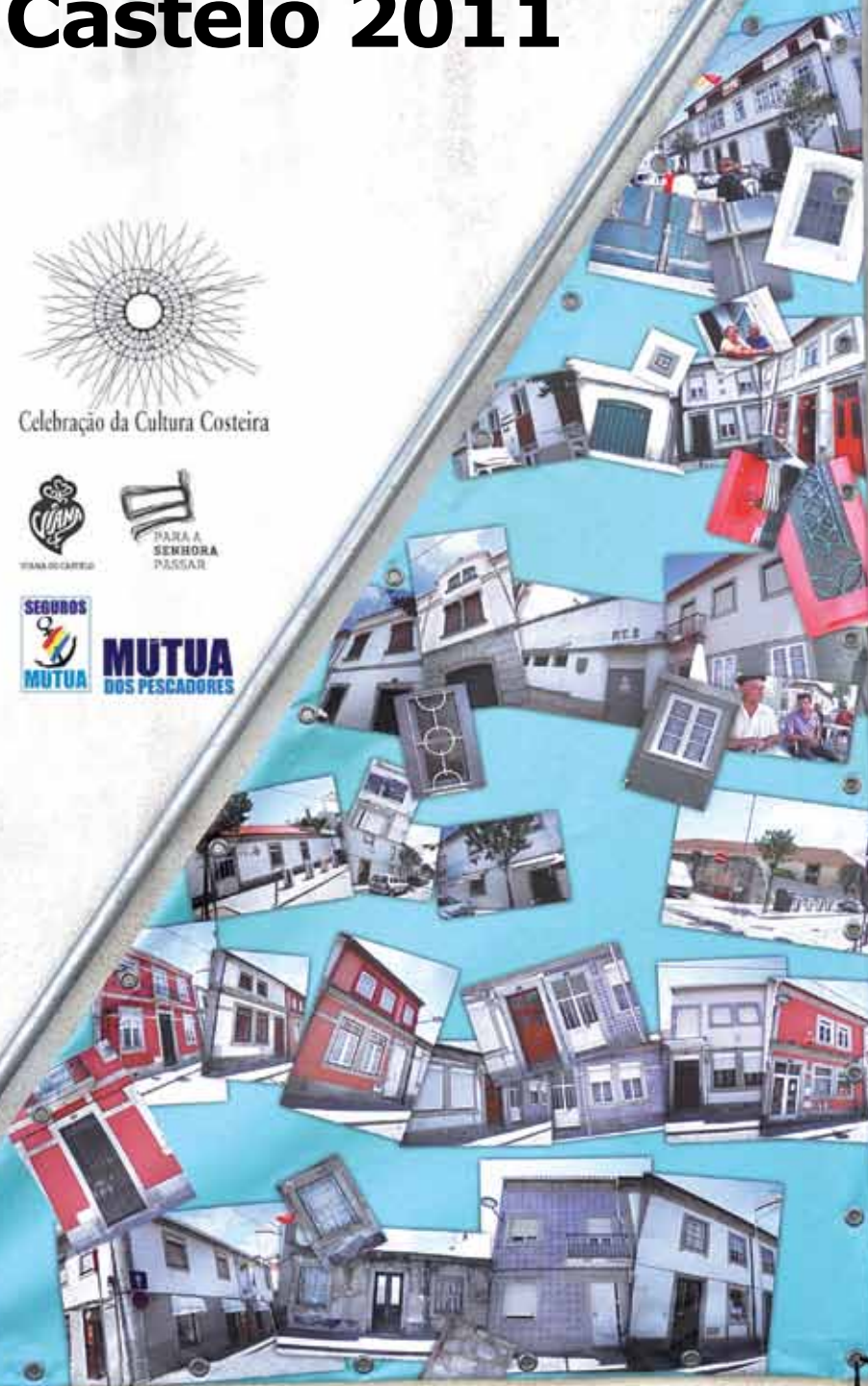


PARA A SENHORA PASSAR



SEGUROS MUTUA

MUTUA DOS PESCADORES



PARA A SENHORA PASSAR/VER

É importante para a comunidade piscatória e para a cidade de Viana do Castelo a realização deste evento, que se realiza anualmente em Viana do Castelo, em homenagem à Nossa Senhora da Passar/Ver, padroeira da cidade. Este evento tem como objetivo promover a cultura piscatória e a cultura popular da cidade de Viana do Castelo, através da realização de exposições, concursos e outras atividades culturais. Este evento é organizado pela Associação dos Pescadores de Viana do Castelo, em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Este evento tem como objetivo promover a cultura piscatória e a cultura popular da cidade de Viana do Castelo, através da realização de exposições, concursos e outras atividades culturais. Este evento é organizado pela Associação dos Pescadores de Viana do Castelo, em parceria com a Câmara Municipal de Viana do Castelo.



Table with multiple columns and rows of text, likely a list of buildings or points of interest in the riverside area.



Text block providing additional information or a legend for the maps.



À designação Para a SENHORA passar (que cunhámos o ano passado para o projecto que decorre na Ribeira de Viana do Castelo cada Verão) acrescentámos este ano a expressão “e VER”. Queremos com isto assinalar a importância de não fechar os olhos às transformações que vão rodeando a Ribeira. Em muitos dos seus moradores, marítimos de profissão, está bem vivo um modo de ser alicerçado numa história centenária de ligação ao mar – com suas rivalidades e convívios – mas em outros, recentemente chegados, os valores reconhecidos nesse mesmo grupo são a simpatia e generosidade invulgar, a atmosfera que as “cidades” não souberam, não quiseram ou não puderam preservar no seu processo de desenvolvimento e se dão a ver ainda tão claramente na Ribeira

Maria do Céu Baptista, Coordenação CCC/Mútua

Projecto Para a Senhora Passar/CCC, Viana do Castelo (Câmara Municipal de Viana/Maria do Céu Baptista e Luís Martins)

Os cafés e a rua foram local de encontro, de entrevista e trabalho e fizemo-lo no respeito por essa tradição da Ribeira que une o trabalho a um bom lanche, em boa companhia. Mas também entramos nos espaços mais íntimos da família onde ouvimos relatos de naufrágios, de melhoramentos e mudanças nas casas, de travessuras de filhos e ralhetes de pais, a recordação ainda fresca dos amores trocados por carta... Amo-te muito!, de vidas transformadas em inferno ou pacíficas décadas de rotinas inalteradas...o interesse em estudar a genealogia das famílias, em coligir e distribuir documentos e fotografias não só da pesca mas também da construção naval...Ouvimos histórias maravilhosas de casas que se desfazem, de pequenas relíquias encontradas entre destroços, da descoberta de resistentes paredes de pedra e de frágeis tabiques em taipa, de episódios para a história do saneamento e saúde pública, de hobbies, de fortunas abandonadas ...vimos anos de profissão regulamentada por leis e disposições pouco efectivas e o saber acumulado na descrição do aparelho ou na descrição de uma bóia aliados ao reconhecimento de que vale a pena respeitar a vida e usar, porque não, o colete de salvação...

Os trabalhos que deram forma à intervenção de rua abarcam a mesma preocupação de recolha participada que marcou a realização do ano anterior e continua a dar muita atenção aquilo que está próximo e que cada um preza: as suas histórias, os seus documentos, as versões que cada um guarda do mesmo acontecimento ou aquelas que, fruto de polimentos vários, são recitadas quase em uníssono. Neste mês de trabalho abriram-se muitas gavetas e compararam-se muitos documentos, notícias de jornais, não sem algumas discussões acérrimas... e muito ficou por fazer. E esse é o nosso objectivo: aos poucos tomar consciência da necessidade de um trabalho sistemático que envolva diferentes gerações e diferentes modos de olhar e talvez, quem sabe, se possam encontrar mecanismos para uma aprendizagem comum e continuada.

Os visitantes reconhecerão o percurso do ano anterior, até porque os suportes de exposição se mantiveram nos mesmos locais, e ainda a importância atribuída à rua enquanto território, no entanto, em 2011, cada painel alberga pessoas e histórias individuais, documentos e relatos vivenciados no singular ainda que num contexto de companhia (por exemplo os naufrágios) ou de bairro (como as alterações de uso e físicas das casas da Ribeira,) sobretudo das cinco ruas por onde passa a procissão ao Mar que continua a definir o nosso território de intervenção. Poderão ainda verificar que no cais mais duas estruturas se juntaram às criadas o ano passado totalizando quatro as que agora ficarão disponíveis todo o ano. Por fim 5 dos grandes painéis que resultaram do trabalho de 2010 e que se mostraram nas respectivas ruas foram, em 2011, mostrados na parede exterior da VianaPesca num esforço conjunto da Câmara Municipal

de Viana do Castelo e aquela organização. Deste modo os moradores puderam rever os painéis de 2010 (sobre o modo como se organizam para decorar as ruas para a Senhora passar dia 20 de Agosto) ao mesmo tempo que de rua em rua vão lendo parte dos resultados do trabalho deste ano, enquanto os forasteiros podem apreciar as peculiaridades da História da Ribeira. Antes da inauguração a Câmara Municipal ofereceu aos moradores da Ribeira um lanche tradicional de peixes e petiscos, num dos cafés locais, convívio gerado em torno do lançamento da revista que recolhe extractos do trabalho realizado em 2010. Por outro lado e aos poucos, vão-se disponibilizando na base de dados CCC materiais complementares. Vá a <http://ccc.mutua-pescadores.pt/basededados/> e procure Viana do Castelo. Valorizemos esta experiência para que ela possa estender-se no tempo e a outras partes do país. Mais uma vez obrigada pela colaboração e pela disponibilização de tanto do vosso tempo e material.



As mesas de 2011 (fundo azul) e de 2010 (fundo negro) no cais



Lançamento da revista Para a Senhora Passar com o trabalho de 2010



O poster sobre as artes de pesca colocado na parede da peixaria com a responsável da peixaria



Rui Carvalho, Designer da Exposição



Pendão e vela da Rua Góis Pinto na mesma rua, apontado para colocação



António Ruço e Maria, junto a porta da casa. Maria mostra a cédula marítima do marido que nos acabava de relatar do naufrágio do Abate Soberba, tema do painel da Igreja de São Domingos.

ÁLVARO GARRIDO

Preservar património documental e memória institucional da Mútua

Licenciado em História e Mestre em História Contemporânea de Portugal pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) e doutorado em Economia (na especialidade de História Económica) pela FEUC em 2003, além de docente universitário. Álvaro Garrido é investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20) e consultor do Museu Marítimo de Ílhavo. Autor de numerosas obras sobre Pescas e Economia do Mar, está neste momento a preparar um livro sobre a história da Mútua. Nesta entrevista, traça algumas linhas sobre o conteúdo desta obra que será lançada em 2012, a comemorar os 70 anos da Mútua dos Pescadores

Está a preparar um livro sobre a história da Mútua. Que objectivos estiveram na origem desta publicação?

O objectivo central deste projecto de investigação sobre a história da Mútua dos Pescadores visa assinalar os seus 70 anos de existência, que se cumprem em 2012.

Criada em 1942, é uma organização muito singular no âmbito da história dos seguros em Portugal, que nasceu na esfera da organização corporativa das pescas (hoje um território de poder quase mítico), à época liderada pelo Almirante Tenreiro. Posteriormente, a Mútua fez um percurso como organismo corporativo dependente dos Grémios das Pescas e da Junta Central das Casas dos Pescadores, estando sujeita à oligarquia corporativa das pescas entre 1942 e 1974. Entre outras, esta é uma das fases da história de vida Mútua que será analisada. Por outro lado, este livro pretende contribuir, através do aprofundamento do conhecimento da história da Mútua dos Pescadores, para uma cultura de empresa, na medida em que é uma organização muito diferente da maioria, mesmo que se tratem de seguradoras.

O projecto pretende também preservar o património documental e a memória institucional da Mútua e, também, de certo modo, permitir que seja um instrumento de coesão social da cooperativa e um elemento patrimonial que reforce o orgulho que a Mútua tem de si própria.

Como vai designar-se esta obra?

O título ainda é provisório, mas provavelmente irá chamar-se "Mútua dos Pescadores: História de uma Seguradora" ou "Mútua dos Pescadores: uma Empresa com História". Ainda estão opções por definir e a afinar, mas que encerram o mesmo objectivo.

O livro fará uma resenha dos principais marcos históricos da Mútua. No seu entender, que factos devem ser realçados?

A Mútua dos Pescadores acompanha os grandes ciclos da história política, económica e financeira portuguesa, o que acaba por ser muito interessante por se tratar de uma empresa cheia de particularidades.

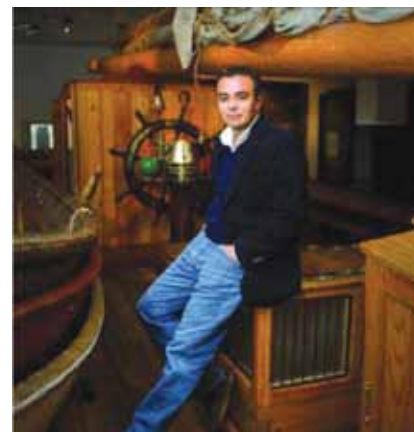
Por outro lado, a história da actividade seguradora na segunda metade do século XX, e mesmo nos antecedentes dos seguros marítimos, acaba por estar expressa na própria história da Mútua dos Pescadores. A salientar também a relação de uma seguradora com o Estado e com a tutelas enquanto existiram e, depois, a

relação muitíssimo relevante que a Mútua estabeleceu a partir dos anos 80 e 90, e em particular desde que se constituiu, em 2004, como cooperativa de seguros, com as comunidades. O livro procura realçar a sensibilidade social e cultural da Mútua dos Pescadores - realmente invulgar -, facto extremamente importante na medida em que confirma que os seguros marítimos sempre tiveram uma dimensão e uma consciência social.

São comunidades que vivem sempre sob o signo do risco e a actividade seguradora é compensatória do risco, através de técnicas financeiras que o permitem cobrir. E esse é o trabalho fundamental da Mútua, é a sua missão, quer técnica quer social. Através da história da Mútua, é possível reconstituir as suas principais fases, que se repartem três ou quatro grandes períodos.

E são essas grandes fases que o livro aprofundará?

Sim. À primeira fase da história da Mútua pode chamar-se a Era Corporativa e remonta ao período entre 1942 - as origens da Mútua - e 1974. Esta etapa é marcada pelo domínio avassalador que a organização corporativa das pescas tinha sobre a actividade seguradora e pela imposição de uma dita solidariedade corporativa entre as várias mútuas da pesca,



especificamente a Mútua dos Navios Bacalhoeiros, a Mútua do Arrasto, a Mútua da Sardinha e a Mútua dos Pescadores (a mais pequena), que colaboravam entre si sob o comando da oligarquia corporativa liderada pelo Almirante Tenreiro. Este é um período relativamente homogéneo, diria forçadamente homogéneo.

A segunda fase surge em 1974, com a Revolução do 25 de Abril. Com o desmantelamento da organização corporativa das pescas, questiona-se se a Mútua iria desaparecer ou se, pelo contrário e como aconteceu, seria transformada democraticamente. Os seus órgãos sociais foram eleitos pela primeira vez, deixando de ser nomeados por confiança política. Também na Mútua este processo foi revolucionário, tendo ocorrido com bastante turbulência interna, mas que resultou na Mútua dos Pescadores como uma seguradora moderna e com corpos sociais eleitos, o que necessariamente lhe mudou a face.

O momento da desvinculação da Mútua face à organização corporativa das pescas e, em particular ao seu organismo directo de tutela (Junta Central das Casas dos Pescadores), onde mandava o todo-poderoso Almirante Tenreiro, é fundamental no seu processo evolutivo. Ainda nesse período, regista-se o sobressalto das crises financeiras que determinam a intervenção do FMI em Portugal, primeiro em 1977 e depois em 1983. Outro momento fundamental na história da Mútua é o chamado Processo de 1984, com a nomeação de uma comissão administrativa por parte do Governo de então, do Bloco Central, e a turbulência provocada nesse ano, destacando-se a forma como a Mútua o conseguiu ultrapassar.

Entre 1985 e 2003, há uma terceira fase na história da Mútua, marcada essencialmente pela Descentralização e pela Redefinição Estatutária de 1989, que dá à Mútua a possibilidade de se estender pelo território marítimo nacional, assumindo uma vocação diferente, nomeadamente recentrando-se na actividade seguradora, o que foi extraordinariamente importante para a identidade actual da futura cooperativa de seguros.

Estamos a chegar ao presente...

Exactamente. A quarta e última fase vai até à actualidade, pois as histórias são sempre processos abertos, e começa em 2004 quando a Mútua dos Pescadores se constitui como a primeira cooperativa de seguros portuguesa. É o momento em que prossegue uma estratégia de crescimento e de diversificação de negócios e em que reconfigura a sua responsabilidade social, tal como sempre tivera, mas ampliando claramente essa vocação e assumindo inclusivamente uma missão cultural, procurando continuar a corresponder aos apelos da comunidade piscatória.

Para cada uma destas fases de existência da Mútua, na sua relação com o Estado, com as comunidades piscatórias e com os cooperantes (desde que é cooperativa), será feita uma síntese da actividade seguradora. Ou seja, os indicadores quantitativos da actividade seguradora, com os dados agregados que são comuns, nomeadamente quanto à emissão de prémios nos vários ramos, análise económico-financeira, indemnizações e saldos de ganhos e perdas, efectuando-se um balanço de cada fase.

Este livro será ilustrado não só por algumas imagens, mas também com números, na medida em que, sem maçar o leitor, pretende-se que esta história da Mútua tenha informação técnica e rigorosa sobre a realidade da seguradora.

Existem dados quantitativos e financeiros para fazer essa abordagem, nomeadamente dos tempos mais recentes?

Facilmente não, mas com a ajuda da Mútua, da sua Direcção e

funcionários e com a simpatia das pessoas, tenho reunido séries quase completas da actividade seguradora desde 1942 a 2010, que permitem reconstituir a actividade seguradora nos seus agregados fundamentais e ter uma ideia não só da evolução interna da actividade seguradora da Mútua, mas também da sua posição relativa face a outras seguradoras afins e de outra natureza. É muito importante perceber essa escala de grandeza e a especificidade do seguro marítimo, mas também o momento em que a Mútua se posiciona como uma das principais seguradoras portuguesas.

Que fontes de informação privilegiou para esta investigação?

As fontes para a história da Mútua são múltiplas, antes de mais as que estão no arquivo da empresa e abriram-me as portas para as examinar. Ali há uma grande multiplicidade de informação, como atas da direcção, relatórios e contas (que são absolutamente fundamentais), os boletins da Mútua, a Revista Marés, mas também documentação de natureza mais espontânea, como apontamentos, folhetos e outros suportes, que também habitam neste arquivo.

O difícil é conjugar a informação mais asséptica que lemos na documentação escrita com as informações das fontes orais. Nesse sentido, estou a fazer várias entrevistas com antigos dirigentes da Mútua, mas também com elementos da tutela que considero importantes para esclarecer alguns momentos da vida da seguradora.

Recordo-me, por exemplo, do Professor Mário Ruivo, quando foi Secretário de Estado das Pescas, e que lidou com o problema da transferência da Mútua para a era democrática, assim como outras pessoas que estou a ouvir em entrevistas semi-estruturadas, que são gravadas, são o mais abertas possível, no sentido de que as fontes digam o que lhes vai na alma e aquilo que lhes pergunto, tanto quanto possível, para que essa informação seja cruzada com os dados escritos que residem na documentação.

Sendo um reconhecido especialista nas questões da economia do mar, e após estes contactos que teve com pessoas ligadas à pesca, qual a leitura que faz realidade do sector hoje em dia?

É uma questão muito complexa. Infelizmente hoje em dia a pesca está a perder visibilidade económica, social e até a atenção política que merecia. É muito claro que no momento difícil em que vivemos, de crise económica e financeira, a aposta, ou pelo menos o discurso de aposta numa renovação da política do mar, não me parece estar a contemplar o sector da pesca como devia.

Quando falamos numa reconfiguração da economia marítima, questão que hoje atravessa muito o discurso político mediático, mas quase sempre de uma forma pouco consistente, raramente se tem falado da expressão económica e social que a pesca ainda tem.

A pesca é o principal subsector da economia marítima portuguesa, quer do ponto de vista da expressividade social quer de importância económica. E isto merece a maior atenção, nomeadamente numa altura em que estamos à porta de uma revisão da Política Comum de Pescas, que vai ocorrer em 2012, sobre a qual pouco se sabe, à semelhança da falta de informação que existe sobre a política que o Estado Português está a seguir relativamente à pesca.

O momento que vivemos é sombrio. Relativamente ao futuro da pesca, os diagnósticos são poucos e é importante salvaguardar e olhar para aquilo que se chama de Produção Nacional de Produtos Primários de forma, não diria proteccionista, mas mais atenta. E esse movimento parece estar cria-

do na sociedade portuguesa, nomeadamente com processos até muito alegóricos, como estas campanhas que surgem na televisão, que apesar de tudo, são importantes para a revalorização dos produtos nacionais.

Ou seja, é um facto que nos últimos anos a sociedade portuguesa em geral – e não me refiro só ao Estado porque somos todos co-responsáveis – deixou de olhar para as actividades do sector primário e para a produção interna de bens alimentares com a mesma atenção com que outrora se verificou.

E a pesca, embora enquadrada numa regulação muito apertada, resultante da Política Comum de Pescas que tem aspectos positivos e negativos, foi um pouco descurada quer na atenção política, quer na sensibilidade económica e social. Julgo que estamos num momento de viragem, agora temos é de tomar decisões.

A Mútua dos Pescadores é, porventura, a instituição que melhor conhece o sector da pesca em Portugal, na medida em que contacta territorial, social e humanamente com ele do ponto de vista quotidiano, quer quando as coisas correm bem, quer nos momentos dramáticos que a vida no mar tem. Julgo que deve ser ouvida, mobilizada e considerada para uma definição mais integrada e mais sensível das políticas de pesca, que neste momento me parecem muito frágeis.

E como encara a defesa e preservação da cultura marítima, vertente extremamente relevante na actividade da Mútua?

Por um lado, há uma nova dinâmica na relação da sociedade portuguesa com o mar, nomeadamente uma maior atenção às questões patrimoniais e em especial no que se refere às embarcações tradicionais, do património marítimo, material e imaterial. Recordo o projecto Celebração da Cultura Cos-

teira que a Mútua desenvolveu com importantes impactos territoriais, ao qual se associaram diversos parceiros das comunidades locais.

Por outro lado, julgo que esse discurso tem alguma dimensão retórica, na medida em que não se verifica ao nível do Estado central, no Ministério da Cultura. Ou seja, da parte dos organismos estatais responsáveis pela cultura, pelo património e pelos museus há uma sensibilidade muito escassa para as questões da cultura do mar.

E não creio que seja possível um regresso de Portugal ao mar, como se anuncia e como se deseja, assim como um revigoração da economia marítima, se não houver sensibilidade cultural. Neste momento, o que de melhor existe nessa área é feito pela sociedade civil, pelos actores locais e regionais, pelas câmaras municipais, pelas associações de património e por organizações como a Mútua. Há dinâmicas em curso, mas que, provavelmente, precisam de estar melhor articuladas para que adquiram uma maior dimensão.

Depois desta profunda investigação ao passado e presente da Mútua, como preconiza o seu futuro?

O tempo é pouco propício a prognósticos, como bem se sabe, mas a história da Mútua fala por si. Em todo o caso, julgo que a Mútua, como se comprova pela sua história, tem um know-how muito consolidado, nomeadamente um capital de conhecimento das comunidades piscatórias e da actividade seguradora marítima e não só, que é inestimável.

Nesse sentido, por muito volátil que seja o mundo dos negócios e das empresas, a Mútua dos Pescadores claramente tem o seu nicho de mercado, conhece-o como ninguém e trabalha-o com grande competência técnica. Portanto, as minhas perspectivas, tanto quanto posso opinar, são as melhores.

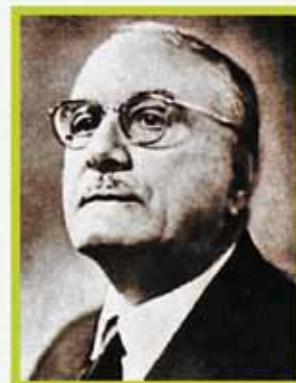
CONVITE

Lançamento público do Prémio Cooperação e Solidariedade - António Sérgio

A CASES convida V. Ex.^a para a cerimónia de lançamento do Prémio Cooperação e Solidariedade - António Sérgio, que terá lugar no dia 7 de Novembro de 2011, pelas 11h30, no auditório da sede da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), na Rua Viriato nº 7, em Lisboa.

Preside à cerimónia o Senhor Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Marco António Costa.

Agradece-se confirmação para o e-mail cases@cases.pt até ao dia 3 de Novembro de 2011.



Solidariedade
José Bouça Nova



Após tremendo susto, que a quantos com ele convivem preocupou, encontra-se em franca convalescença o nosso amigo José Luís Bouça Nova, conceituado quadro da Mútua dos Pescadores.

Bouça Nova é pessoa muito estimada entre quantos o conhecem, nomeadamente entre a classe piscatória, onde ao longo dos tempos, pelo seu trato afável e amigo, tem vindo a granjear uma cada vez mais sólida amizade.

Contornada que foi esta procela da sua vida, um rápido regresso ao porto de abrigo da Mútua, são os nossos votos.

Albino Gomes

NOTÍCIAS TRISTES

Mateus Rato, de Ribamar

Faleceu de morte natural, o nosso associado e Armador, Sr. Mateus Rato com 59 anos, O Sr. Mateus Rato nasceu na freguesia de Ribamar, conselho da Lourinhã e era Proprietário das embarcações "Porto Dinheiro", "Mapopeche", "Arzak" e "Peixe à Borda".

João Manuel Amaral Santos, da Ribeira Quente

Dos Açores veio também a triste notícia da morte do nosso associado João Manuel Amaral Santos, com 43 anos, natural da Ribeira Quente, Ponta Delgada. O acidente que vitimou de forma trágica o nosso associado, deu-se no Porto de Pesca da Ribeira Quente, quando este tentava salvar um barco do mar para o proteger do mau tempo. Era tripulante da embarcação "São Domingos", com registo em Ponta Delgada.

A Mútua dos Pescadores apresenta as condolências e a sua solidariedade aos seus familiares e amigos.

David Silva e Luís Castro
david.silva@mutuapescadores.pt
luis.castro@mutuapescadores.pt

Confie-nos
a segurança
do seu lar



- A **protecção do seu lar** desde **31,25€/ano**
- **26 coberturas-base sem franquia**
- **Ganhe descontos** no seu seguro automóvel **subscrevendo** o seguro **mútualar**

Pequenos anúncios

VENDE-SE RÁDIO

Radiogoniômetro Koden automático KS-5131, detecção automática, c/ + de 20 rádio-balizas c/ números de código; carregadores automáticos; tudo em inox; estado novo.

CONTACTAR: 933 110 391 ou 933 650 444

VENDE-SE REDE

Rede de cerco c/ 18 talhões de comprimento e 18 tiras de altura (como nova) Contactar: Mestre Ildio, Tm - 964 623 521; Tel. - 229 384 567 (Mato-sinhos)

VENDE-SE SEMI-RÍGIDO

Semi-rígido Bombard 3,80 m.; motor Tohatsu 30 HP; atrado satélite; conjunto impecável; urgente; 3.500 Euros.

CONTACTAR: Mário Santos (Almada) - 919 944 144, aos.mario@netcabo.pt

VENDE-SE LICENÇA DE PESCA

Licença de pesca p/ as artes de palangre e de covos CONTACTAR: D. Noémia - 963 115 440

NECESSITA-SE ACORDO EM RÉGIME DE PARCEIRA Organizações Ormassamba Lda, localizada em Angola, pretende, em regime de contrato, 3 embarcações tipo traineira p/ pescar em águas territoriais angolanas. A empresa possui alvará de pesca.

CONTACTAR: Carlos Pedro - 00244923607756, ormassamba6363@yahoo.com.br

NEGOCIA-SE LICENÇA DE PESCA PARA ANGOLA Licença p/ pesca em águas territoriais angolanas p/ 1 embarcação polivalente até 60 m.; quaisquer artes; c/ capacidade de frio; possibilidade de venda do pescado em Portugal; sem necessidade de pagamento à cabeça; possibilidade de pagamento c/ parte das capturas.

CONTACTAR: José A. Martins - 967820600

VENDE-SE LANCHA

Embarcação registada recreio com remos. Contactar: 964 360 414 (Peniche).



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "S. José" - PV-269-L; motores Yamaha 40 HP e 15 HP; GPS; sonda; licenças p/ trespalmo de fundo 100mm, armadilhas de gaiola 8 a 29mm (bombos), palangre de fundo p/ espécies demersais.

Contactar: 963 979 875

VENDE-SE EQUIPAMENTOS E ARTES

Vende-se avulso: hélice, guincho, covos e redes de trespalmo.

Contactar: Adão de Jesus - 258 820 147 ou 966 209 155



VENDE-SE BARCA DE PESCA COSTEIRA

Vende-se barca de pesca costeira "SANTA MÃE" (SB-1062C); casco em madeira; 11,02 m. c.f.f.; motor MWM D229/6 tipo interior, gasóleo, 110HP; radar 40 milhas; GPS; sonda a cores 500 braças; guincho; balsa p/ 6 pessoas; licença p/ pesca à linha c/ anzol, apanha de algas marinhas c/ mergulho e alcatruzes; lotação 16 pessoas.

Contactar: Natalino Macedo - 936 937 416 ou 212 231 757



VENDE-SE EMBARCAÇÃO

Embarcação "Jonas David", SN-874-C; c.f.f. 18,10 m; 36 TAB; motor Volvo Penta 435HP; guincho; equipamentos eletrónicos em bom estado; sonador de rede; equipamentos hidráulicos; 1 chata auxiliar c/ motor 65HP; rede de cerco e outros apetrechos; licenças p/ cerco, emalhar 1 pano fundo, pesca à linha; preço total 175.000,00 Euros (facilita-se o pagamento c/ garantias).

Contactar: SÉSIBAL - tel. 265 526 634; fax 265 534 828; Ricardo Santos - 966 912 337; geral@sesibal.net; sesibal@mail.telepac.pt.

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

"SANTA LÚCIA", c/ todas as licenças e apetrechos de pesca, incluindo câmara frigorífica.

Contactar: Felisbela Carvalho - 966 674 107 ou 210 815 381 (Sesimbra)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

"TAINHA" - SB-995-C; vende-se traineira e enviada, juntas ou em separado; c.f.f. 20 metros; 42 TAB; motor GM 305HP; c/ todos eletrónicos e meios de salvação. Licença p/ cerco. Vende-se com redes.

Contactar: 212 233 127 (Sr. Carvalho - Sesimbra)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "VEIO DO MAR", SB-919-C; construção 1981; modernização 2000; c.f.f. 12,78 m.; boca de sinal 3,81 m.; pontal de sinal 1,40 m.; motor Cummins 132 HP de 2000; 2 sondas; VHF; 2 artes de cerco; bote e motor; balsa; licenças para redes de cerco, pesca à linha, alcatruzes, redes de trespalmo.

Contactar: 933 398 889 / 933 005 426 / 210 864 619

TROCA-SE LICENÇAS

Troca-se licenças de apanha submarina de algas, toneira e piteira por licença de alcatruzes.

Contactar: Joel Pereira - 912456222 (Erciceira)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "DOIS IRMÃOS" - VC-187-L; c.f.f. 6,15 m.; licenças p/ redes emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, 80 a 90 mm, >= 100mm; emalhar 1 pano de deriva 35 a 40 mm; arrasto de vara 20 a 31 mm; armadilhas de gaiola 30 a 50 mm; palangre de fundo espécies demersais.

Contactar: 918533410



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "Maria Santana", C-120-C; 11,90 m. c.f.f.; sonda; GPS; VHF; motor 105 HP. Vende-se com artes. Licenças p/ rede de arrasto c/ vara, covos, trespalmo, palangre e pesca à linha.

Contactar: Venâncio Silva - 965165079; 258921797 (Caminha)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação de pesca "Nova Ericeira", SN - 927 - L Sines; casco, braços e sistema algem novos; motor MWM; 75 HP com 450 horas; bombas e sistema hidráulicos novos; sonda a cores Koden de 500 braças; 2,82 GT; 9,13 m c.f.f.; 7,7 m c.sinal; 0,81 m. pontal; 2,35 m. boca; licenças: 1 pano fundo 80 a 90 mm; trespalmo 100 mm; palangre de fundo; arte de levantar secada.



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "João Francisco", S-2025-C; motor MWM; 2 guinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchoira, anzol e todas as espécies de bivalves.

Contactar: Francisco Gonçalves - tel. 91 886 00 33

VENDE-SE EMBARCAÇÃO

Embarcação de pesca "JORGE MARIA"; c.f.f. 8,37 m.; 4,09 TAB; c.p.p. 7,84 m.; GT 4,06; pontal 1,20; boca 2,80.

Contactar: Manuel Agonia Marques Moita - tel. 913 647 990 ou Apropesa - 252 620 253 (Ponte de Varzim)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "TRÊS NOMES"; casco metal; c.f.f. 8,17 m.; boca 2,65 m.; pontal 1,10 m.; 5,01 TAB; motor Yamaha diesel 60HP; VHF; radar; GPS; sonda a cores; licenças p/ redes emalhar 1 pano fundo 60 a 79 mm, redes emalhar 1 pano fundo 80 a 99 mm, redes trespalmo >= 100mm, pesca à linha - palangre de fundo. Contactar: 965 365 050



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "INFANTE D. HENRIQUES", LG-1334-C; c.f.f. 27,5 m.; largo 7,5 m.; motor Cummins 650HP; licenças p/ palangre de superfície Açores, Continente, Madeira e Espanha e p/ palangre de fundo.

Contactar: 262 783 137; 968 029 063; 967 084 836

VENDE-SE GPS E BALSA

Vende-se GPS plotter Furuno 188. Vende-se balsa p/ 16 pessoas.

Contactar: 966 548 563

VENDE-SE ALVARÁ

Embarcação "VIVA JESUS", PV-217-C; com alador de redes, alador de potes, máquinas de redes, redes, entre outros.

Contactar: 967 402 893, 969 532 461 ou 926 604 813



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "SAUL", V-1094-C; c.f.f. 10,50 m.; boca 3,60 m.; motor novo 175HP; leme hidráulico, canalização e restante montagem em aço inoxidável; casa do leme à proa, guincho para redes, porão térmico, bom convés; 6 licenças: palangre de fundo (anzol), redes de emalhar de um pano de fundo, trespalmo de fundo, redes de emalhar de deriva, covos e alcatruzes. A fazer vitórias finais, com ou sem eletrónicos.

Contactar: 258 321 381 e 964 078 927

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DESPORTIVA

c.f.f. 4,60 m.; boca 1,80 m.; lotação 6 lugares; motor Honda 15 CV - 4 tempos. Contactar: 914 258 057

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "AMADEU LEAL", PV-279-L; c.f.f. 6 m.; boca 2,05 m.; sinal 0,80 m.; motor Honda 50HP 4 tempos; motor Yamaha 25 HP 2 tempos; alador inox c/ motor 5,5 HP; GPS plotter Furuno; sonda digital e a papel Furuno; Licenças p/ trespalmo de fundo, covos de camarão, boscas e aparelho de anzol. Contactar: Sérgio Barbosa - 964 259 893

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "DOIS MARQUES"; c.f.f. 16,46 m.; boca 4,59 m.; pontal 1,65 m.; GT. 27,46 TAB; casco madeira; motor Caterpillar 190 HP, Diesel 139, 74 KW; VHF, 2x Radar, 2x GPS; sonda a cores; Máquina de redes; Licenças p/ redes de emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, trespalmo >= 100 mm, armadilhas de gaiola - 30 a 50 mm, pesca à linha - palangre de fundo - esp. demersais.

Contactar/informação: 965 281 992



VENDE-SE LANCHA EM BOM ESTADO

Lancha "NIDIANA"; fibra, Fibramar; 5,55 pescador; registada em C-2 c/ palamenta completa; motores Suzuki F 40 HP, 4 tempos; auxiliar Johnson F 6 HP, 2 tempos; GPS Magellan FX 324 c/ carta; sonda Humminbird Fishfinder 535; VHF Navicom RT, 450 DSC.

Contactar: 917 046 939 ou 262 552 091



VENDE-SE EMBARCAÇÃO

Embarcação "MESTRE CABRAL" - FN-1739-L; registro 2007; casco madeira mogno; 4,13 TAB; 7,04 m. c.f.f.; sinal 6,20 m.; boca de sinal 3 m.; motor interior Perkins gasóleo c/ 1.500 horas de serviço pot. 60,5 Kms, embraigoem 3/1; guincho eléctrico 1.500 Kg; porão 2.500 Kgs; 4 camarotes; VHF Furuno mod. FM - 2721; GPS 1.650 W; plotter Furuno; sonda Furuno FCV - 581 L.

Contactar: 917458007



VENDE-SE EMBARCAÇÃO

Embarcação "VIRGEM DA AJUDA" - SB-597-C; 11,20 m. c.f.f.; 2 artes de cerco - 16 cabos e 16 varas altura; 20 cabos e 20 varas altura; aparelhos de anzol; licenças p/ cerco, alcatruzes, palangre de fundo e redes emalhar 1 pano de fundo.

Contactar: 212 682 308

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO

Embarcação de Recreio, Fibramar; Quarteira, 5,50 m.; motor Yamaha 50,00 HP - 4 Tempos; com bomba de esgoto com automático; auto rádio, sonda JRC/Cores, GPS-Garmin-1200/cores; palamenta completa classe-5. Em muito bom estado. Valor: 12.500,00 €. Contactar: Miguel, Quarteira - 965710376 - minacio.8125@gmail.com

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO

Embarcação de Recreio, Fibramar; Quarteira, 5,00 m.; motor Yamaha 25,00 HP-4 tempos; com consola central com caixa de comandos da Yamaha; com sonda e GPS, com Haleron de Inox e luzes de navegação; palamenta completa classe-5. Vitórias em dia. Em muito bom estado. Valor: 4.000,00 €. Contactar: Marco, Quarteira - 965969222 - minacio.8125@gmail.com - envio de fotografias para os interessados.

COMPRO EMBARCAÇÃO DE PESCA ATÉ 9 METROS

Compro embarcação de pesca - de preferência alumínio, para pesca local. Contactar: José Cunha, Viana do Castelo - 964544990 - salvador_sd@hotmail.com



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO

Embarcação "Formigas", Ponta Delgada, de 2007; fibra; c.f.f. 7,45 m.; boca 2,60 m.; calado: 0,47 m.; categoria do projecto C; carga máxima: 1400 Kg; deslocamento máximo 2900 Kg; massa (sem motores) 1500 Kg; lotação 10 pessoas; motor Honda 200 cv.; motor Honda auxiliar 20 cv.; reservatório combustível: 270 litros. Equipamento sanitário, pequeno quarto 3 pessoas, frigorífico (85L) e pequeno grelhador. Contactar: Miguel Amorim - 938 046 479 / 919 667 309



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "Oásis"; PE 1974 C, Peniche; comp. 12,09 m.; boca 3,61 m.; arqueação bruta: 11,09 Tn.; motor Perkins 115HP; radar Koden 16 milhas; sonda Koden cores; 2 GPS; 2 VHF; piloto automático; c/ licenças covos; linhas e anzóis, apanha submarina de algas. Contacto: 914 578 234 / 918 640 663



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Embarcação "Polívio"; SN 850-C, Peniche; comp. 10,46 m.; motor MWM 110HP; radar Koden 36 milhas; sonda Hoxdex 600 braças; GPS; Ploter a cores Setrexe; VHF Sailor; máquina de puxar covos e aparelhos; c/ licença anzol, covos e alcatruzes. Contacto: João Mateus Viegas Zacarias - 963 139 568



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO

Embarcação de recreio - Livrete nº 354PV5; Ano: 1994; Motor: Mariner, fora de borda; 4,35 m.; Boca: 1,57; Pontal: 0,70; Arqueação: 0,558; Lotação: 4 p.; Casco: P.R.F.V.; Tipo e zona 5 águas abrigadas; Modelo: B.14; H.P.25; 189 Km gasolina Mi; Sonda registadora marca J.M.F. - modelo 707; nausat marca Garmin - modelo 126.

Contacto: Isaac Leal - 917291103



VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA

Embarcação de Pesca Costeira "Sol Neve" SN-000859-C C/17 m. Motor Caterpillar, modelo 3306 TA \ 235 HP; Sonda de Rede Scammar (moderna); Rádio/VHF; Caixa Azul; Chata C/motor 60 HP C/6,20 m; Alador Triplex, Espanha; Bobine de Retenção; GPS Plotter Furuno (a cores - moderno); Radar Furuno (a cores - moderno) Sonar Furuno (a cores - moderno); 2 Sondas C/ 1.200 KHZ (a cores - moderno); Rede Cerco c/630 m comprimento e 117 m altura; Palangre de fundo, em Águas Oceânicas

Contactar: Manuel Inácio Oliveira Carneiro - 966364837 - 262782173



VENDE-SE "MORYTA" (PESCA)

"Moryta", N-2545-L; Ano: 2005 - 2 motores fora de borda 40 CV cada. C.f.f.: 5,50 m. 1 sonda, 1 GPS. Licenças: redes/anzol c/ alador. Contacto: 966 641 286 / 966 202 861



VENDE-SE "JONI", SM-300-L (PESCA)

"Joni", SM-300-L - S.M. Porto/Nazaré; Ano: 2004 - Motor: Perkins 65 CV.; c.f.f.: 8,56m; 2 sondas, 1 radar GPS/plotter VHF; piloto automático. Licenças: redes/anzol/covos/alcatruzes. Contacto: 966 343 501

VENDE-SE "PEIXE DE OURO", VR-529-C (PESCA)

"Peixe de Ouro", VR-529-C; Ano: 2007; Fibra de Vidro - Motor: Scania (última geração), tipo fixo, gasóleo, de 147 CV (homologados). C.f.f.: 14,98 m; comp. entre perpendicular, 15,00 m; pontal: 2,00m; boca sinal: 5,00m; arqueação bruta (GT) 26,70. 2 VHF; 3 GPS; 1 radar. Licenças: covos/alcatruzes/redes emalhar e trespalmo/linha-palangre de fundo. Bom preço. Pagamento negociável.

Contactos: 932378332 / 917215353



VENDE-SE "SAL", T-739-C (PESCA)

"SAL T - 739 - C", em PRFV, Ano: 2007; Estaleiros NAUTIBER V.R.S.António. Comp.: 9,75m; boca: 4,00 m; Pontal: 1,50 m; Motor Deutz Vetus de 210 HP GPS; radar; sonda; rádio VHF; piloto automático. Licenças: covos/alcatruzes/alcatruzes (Espanha)/palangre de fundo; cana e linha de mão/toneira/piteira.

Contacto: Edgar Correia - 917 820 089.



VENDE-SE "ALGARVÃO", T-724-C (PESCA)

"ALGARVÃO T - 724 - C", em PRFV, Ano: 2003; Estaleiros NAUTIBER V. R. S. António. Compr.: 11,90 m; boca: 4,50 m; pontal:1,75 m; motor Mercedes de 210 HP GPS; radar; sonda; rádio VHF; piloto automático. Licenças: redes de trespalmo/alcatruzes/alcatruzes (Espanha) /covos/palangre de fundo/palangre de fundo (Marrocos).

Contacto: Edgar Correia - 917 820 089



VENDE-SE "MIMA" (PESCA DO CERCO)

"Mima", N-2494-C Nazaré - Motor: Cummins ; C.f.f.: 17m
Contacto: 912 249 584



VENDE-SE "SORRISO DA VIDA" (PESCA)

"Sorriso da Vida", VC-123-C Vila do Conde
Contactos: 969629036/962353079



REPRESENTAMOS OS CONSUMIDORES ORGANIZADOS EM COOPERATIVAS DE CONSUMO

Agindo sempre de acordo com os **VALORES** e **PRINCÍPIOS COOPERATIVOS**, privilegiamos:

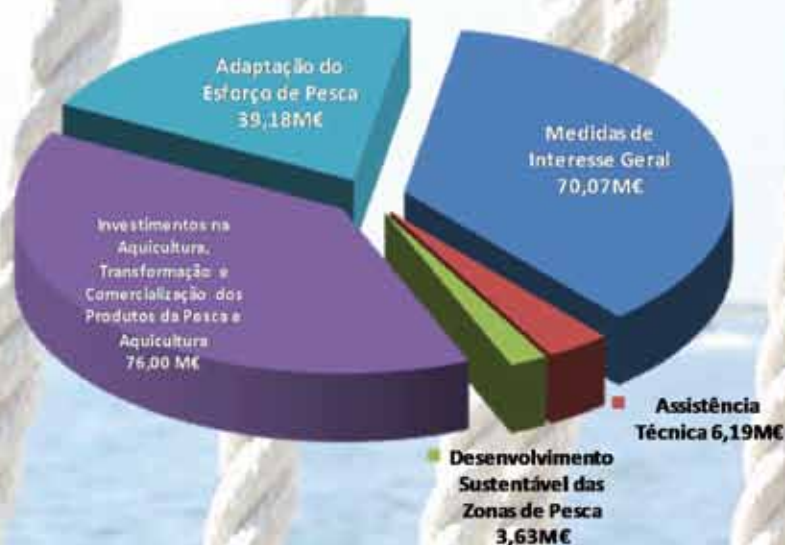
- Ⓢ A DEFESA DOS INTERESSES DOS NOSSOS ASSOCIADOS E DOS CONSUMIDORES, EM GERAL;
- Ⓢ A PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO E DA CIDADANIA;
- Ⓢ A SOLIDARIEDADE E A INTERCOOPERAÇÃO;
- Ⓢ O RELACIONAMENTO COM OUTRAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS;
- Ⓢ A DEFESA DO MEIO AMBIENTE E A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO;
- Ⓢ A DISPONIBILIZAÇÃO DE BENS DE CONSUMO DE QUALIDADE E CONFIANÇA A PREÇOS ACESSÍVEIS, INCLUINDO A DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA, DE SEGUROS E OUTROS SERVIÇOS;
- Ⓢ A ÉTICA COMERCIAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL;
- Ⓢ O EMPREGO ESTÁVEL E O RESPEITO PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES;
- Ⓢ A PROMOÇÃO DE ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS;
- Ⓢ A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS COMUNIDADES.

Intervimos de forma organizada na Economia através da **COOPLISBOA**, União de Cooperativas de Consumo, UCRL, das Cooperativas de Consumidores e nas **LOJASCOOP**.

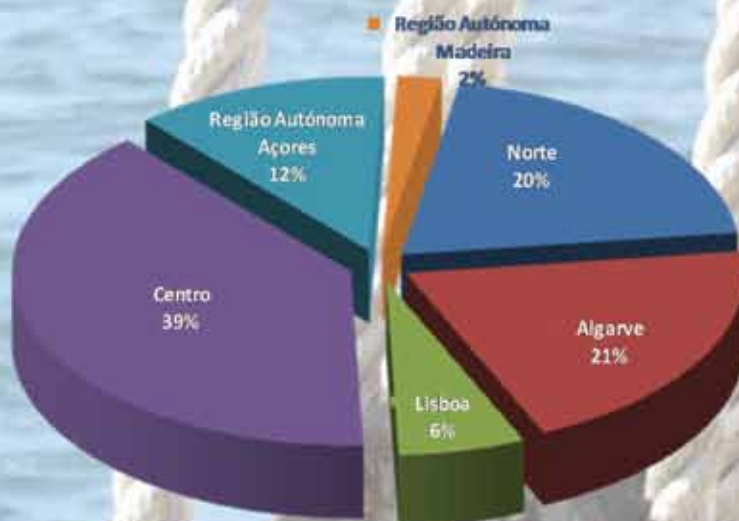


Projectos aprovados no âmbito do Programa Operacional Pesca

Despesa Pública aprovada por Eixo
(195 Milhões de Euros)



Despesa Pública aprovada por NUT's
(195 Milhões de Euros)



CANDIDATURAS ABERTAS

Informações:

Autoridade de Gestão do PROMAR e Direcções Regionais de Agricultura e Pescas
Gabinete do Gestor

e-mail : promar@dgpa.min-agricultura.pt Fax: 21 303 59 30, Tel: 21 303 57 00